

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DO ANO DE 2018
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2018

NO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA

DE

BRAGANÇA

SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
AMB	Assembleia Municipal de Bragança
BE	Bloco de Esquerda
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
CM	Câmara Municipal
CMB	Câmara Municipal de Bragança
EDP	Energias de Portugal
GDB	Grupo Desportivo de Bragança
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
PAOD	Período de Antes da Ordem do Dia
PCP	Partido Comunista Português
PJF	Presidente de Junta de Freguesia
POD	Período da Ordem do Dia
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
PUF	Presidente da União de freguesias

Terceira Sessão Ordinária/2018 da Assembleia Municipal de Bragança, realizada no dia 28 de junho, no Auditório Paulo Quintela de Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
Quórum – Terceira Sessão Ordinária – 28 de junho 2018	8
Expediente	8
Renovação de suspensão de mandato	10
Suspensão de mandato	10
Membros que solicitaram a substituição	10
Membros suplentes convocados	10
Verificação de poderes – Instalação de membros suplentes	11
Voto de Congratulação – Homenagem a Dr. Mário Soares	13
Moção – Um bem público inalienável	14
Moção – Inclusão no Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) da conectividade interna e externa de Bragança	18
Proposta de Recomendação – Criação de Medidas de Apoio ao Bem-estar Animal	22
Voto de Louvor	62
Suspensão/Prossecução dos trabalhos	80
Presenças e faltas	99

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1- ATA: Leitura, discussão e votação da ata da segunda sessão ordinária/2018, realizada no dia 27 de abril.	12
2 - PÚBLICO – Período de Intervenção.	12
3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.	12
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	26
4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.	26
4.2– DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	68
4.2.1 – Consolidação de contas do exercício de 2017;	68

4.2.2 – Certificação legal e relatório e parecer sobre as Contas consolidadas do ano de 2017;	73
4.2.3 – Apoio às Juntas de Freguesia: São Julião de Palácio e Deilão, Coelhoso, Zoio;	75
4.2.4 – Apoios às Juntas de Freguesia: Castrelos e Carrazedo, Rabal, Macedo do Mato, Rio Frio e Milhão, Sendas;	80
4.2.5 - Proposta de isenção do pagamento das taxas pela utilização do Pavilhão da Bancada – Junta de Freguesia de Donai;	84
4.2.6 - Proposta de isenção do pagamento das taxas pela utilização do Pavilhão da Bancada – Junta de Freguesia de Sortes;	86
4.2.7 - Extinção da Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes – Ecocitras;	88
4.3 – DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	92
4.3.1 – Entidades participadas pelo Município – Relatórios e contas do exercício de 2017;	92
4.3.2 – Proposta de correção material do plano de urbanização da cidade de Bragança;	95
4.3.3 - Isenções totais ou parciais relativamente a impostos e a outros tributos próprios (n.º 2, art.º 16.º da lei n.º 73/2013, de 03/09) no âmbito da autorização genérica conforme deliberação da Assembleia Municipal em sessão de 15 de dezembro de 2017.	98

INTERVENÇÕES:

Nome	Página (s)
Alfredo Teixeira	16,65,94,95
António Malhão	15,17
Dinis Costa	12,20,21,
Fátima Bento	14
Fátima Renovato	64,
João Cabrita	63
João Saldanha	62
José Moreno	61
Luís Dias	21
Luís Silvestre	21
Nuno Diz	65
Paulo Lopes	65,68
Presidente da Câmara	16,17,20,21,24,59,65,73,91,95,98
Presidente da AM	18, 91,94
Sara Dias	22,24

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Alfredo Teixeira	58
António Malhão	24
Fátima Bento	24,58,91
Luís Fernandes	57
Luís Santos	57
Luís Silvestre	24
Nuno Diz	57
Paulo Lopes	56

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
António Malhão	13
Dinis Costa	22,73,79,84
Fátima Bento	22,25,78,84,92
Nuno Diz	25

Aos vinte e oito dias do mês de junho, realizou-se, no Auditório Paulo Quintela, a Terceira Sessão Ordinária do ano de 2018, desta Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e quarenta minutos, e fim às treze horas e quarenta e cinco minutos, na qual participaram sessenta e quatro membros, dos setenta e nove que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - ATA: Leitura, discussão e votação da ata da segunda sessão ordinária/2018, realizada no dia 27 de abril.

2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.

3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

4.2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.2.1 – Consolidação de contas do exercício de 2017;

4.2.2 – Certificação legal e relatório e parecer sobre as contas consolidadas do ano de 2017;

4.2.3 – Apoios às Juntas de Freguesia: São Julião de Palácios e Deilão, Coelhoso, Zoio;

4.2.4 – Apoios às Juntas de Freguesia: Castrelos e Carrazedo, Rabal, Macedo do Mato, Rio Frio e Milhão, Sendas;

4.2.5 – Proposta de isenção do pagamento das taxas pela utilização do Pavilhão da Bancada – Junta de Freguesia de Donai;

4.2.6 - Proposta de isenção do pagamento das taxas pela utilização do Pavilhão da Bancada – Junta de Freguesia de Sortes;

4.2.7 – Extinção da Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes – Ecocitras.

4.3 - Discussão e tomada de conhecimento sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.3.1 – Entidades participadas pelo Município – Relatórios e contas do exercício de 2017;

4.3.2 – Proposta de correção material do plano de urbanização da cidade de Bragança;

4.3.3 - Isenções totais ou parciais relativamente a impostos e a outros tributos próprios (n.º 2, art.º 16.º da lei n.º 73/2013, de 03/09) no âmbito da autorização genérica conforme deliberação da Assembleia Municipal em sessão de 15 de dezembro de 2017.

QUÓRUM – Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos, às nove horas e quarenta minutos.

EXPEDIENTE: Alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE CORRESPONDÊNCIA MAIS RELEVANTE
ENTRADA, E EMITIDA, NOS SERVIÇOS DE APOIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
DESDE A ÚLTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE, REALIZADA NO DIA
18/04/2018:**

ENTRADA

Data	Remetente	Assunto
23/04	Associação RIONOR	Envia as Resoluções/Recomendações dos Conselhos Raianos, sobre as áreas protegidas e sobre a acessibilidade e a coesão territorial.
24/04	Associação RIONOR	Envia as Resoluções/Recomendações – Conselhos Raianos – “Áreas Protegidas, Cidadania, Desenvolvimento e Cooperação Transfronteiriça”.
03/05	Grupo Parlamentar os Verdes	Envia o Projeto de Lei n.º 852/XIII/3. ^a (PEV) – Revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano.
10/05	ANMP	Envia o Boletim n.º 04 de 2018.
15/05	Associação Nacional das Assembleias Municipais	Envia o programa do 1.º Congresso da Associação.
20/05	Associação Nacional das Assembleias Municipais	Envia informação genérica sobre o 1.º Congresso da Associação, mensagem do Sr. Presidente da

		República, moção aprovada e órgãos eleitos.
25/05	CPCJ de Bragança	Envia as recomendações para o perfil do membro da CPCJ.
28/05	Presidente da República	Acusa a receção da moção “ Em defesa das diferenças económicas entre o litoral e o interior”.
06/06	Assembleia Municipal de Mogadouro	Envia a moção que aprovou, sobre a distribuição de fundos comunitários.
14/06	Assembleia Municipal de Fafe	Envia a Moção que aprovou, sobre a regionalização.
15/06	Assembleia Distrital de Bragança	Envia convocatória ao Presidente da AMB para o ato de instalação do Órgão/Eleição da Mesa/Primeira Sessão Ordinária – Mandato 2017-2021.

EMITIDA

Data	Destinatário	Assunto
23/04	Líderes Municipais	Envio das Resoluções/Recomendações dos Conselhos Raianos, sobre as áreas protegidas e sobre a acessibilidade e a coesão territorial, remetidas à AMB pela Associação RIONOR.
23/04	Líderes municipais	Envio da Pergunta ao Governo, sobre “ Parques de armazenamento de madeira queimada nos incêndios de 2017”, remetida à AMB pelo GP “Os Verdes”.
30/04	Líderes Municipais	Envia as Resoluções/Recomendações – Conselhos Raianos – “Áreas Protegidas, Cidadania, Desenvolvimento e Cooperação

		Transfronteiriça”, enviadas à AMB pela As. RIONOR.
07/05	Várias entidades	Envio da moção – “Em defesa da eliminação das diferenças económicas e sociais entre o litoral e o interior”.
07/05	CMB	Envio das senhas de presença e boletins itinerários, referentes à sessão de abril/2018.
17/05	Líderes municipais	Envia o Projeto de Lei n.º 852/XIII/3. ^a (PEV) – Revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano, remetido à AMB pelo GP “Os Verdes”.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

MANDATOS – MEMBROS:

RENOVAÇÃO DE SUPENSÃO DE MANDATO - Armindo dos Santos Carneiro Gonçalves CDS/PP) – Até 29 de dezembro/2018.

SUPENSÃO DE MANDATO:

– Luís Filipe Calvário Costa (CDU) – de 11 de junho a 10 de julho.

- António Cândido Anes (BE) – de 10 a 30 de junho.

SUBSTITUIÇÃO

- de membros efetivos:

CDU - Filipe Manuel Calvário da Costa.

BE – António Cândido Anes.

PS - António Eugénio Gonçalves Mota.

PPD/PSD: Maria Isabel Barreira Ribeiro, Manuel Norberto Trindade e Júlio da Costa Carvalho.

- de Presidentes de Junta de Freguesia:

- Luís Filipe Pires de Carvalho (Baçal) – Fez-se substituir por Vitor Manuel Ramos Moreira.

- Carlos Manuel Afonso Silva (França) – Fez-se substituir por Ivone Maria Fernandes Pires.

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:

CDU - Fátima da Conceição Borges Bento.

BE – Sara Raquel Canteiro Dias.

PS – Luís Manuel da Cunha Santos.

PPD/PSD: Adelaide da Conceição Miranda Fernandes, António Manuel Afonso Pires e Vasco Augusto Pilão Cadavez.

VERIFICAÇÃO DE PODERES E INSTALAÇÃO de membros suplentes da Assembleia Municipal.

Depois de verificadas as respetivas legitimidades e identificação, o Sr. Presidente da Assembleia procedeu, de seguida, à instalação:

dos membros suplentes:

SARA RAQUEL CANTEIRO DIAS – Eleita pela lista do Partido Bloco de Esquerda, de 25 anos de idade, filha de António José Guerra Dias e de Céu Maria Calvo Canteiro, natural da Freguesia de Glória, Município de Aveiro, residente na Freguesia da Samil, Município de Bragança, portadora do Cartão de Cidadão n.º 14369970 e eleitor n.º 11749 da Comissão Recenseadora da Freguesia de Cacia, Município de Aveiro.

ANTÓNIO MANUEL AFONSO PIRES – Eleito pela lista do Partido Social Democrata, de 49 anos de idade, filho de Manuel Inácio Pires e de Dulcília dos Anjos Rodrigues, natural e residente na Freguesia de Parada, Município de Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 8541237 e eleitor n.º A-850 da Comissão Recenseadora da União das Freguesias de Parada e Faílde.

VASCO AUGUSTO PILÃO CADAVEZ - Eleito pela lista do Partido Social Democrata, de 49 anos de idade, filho de Ramiro Augusto Cadavez e de Maria Luísa Pilão, natural da Freguesia de Vale de Salgueiro, Município de Mirandela, e residente na Freguesia da Sé, Município de Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 8442653 e eleitor n.º A-16711 da Comissão Recenseadora da União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo.

de substitutos de presidentes de Junta de Freguesia:

VITOR MANUEL RAMOS MOREIRA (Substituto do PJF de Baçal) - Eleito pela lista do Partido Social Democrata, de 49 anos de idade, filho de Agostinho dos Santos Moreira e de Hermínia de Jesus Ramos, natural da Freguesia de França e residente na Freguesia de Baçal, ambas do Município de Bragança, portador do Cartão de Cidadão n.º 07812540 e eleitor n.º 1002, da Comissão Recenseadora da Freguesia de Baçal.

IVONE MARIA FERNANDES PIRES (Substituta do PJF de França) - Eleita pela Lista do Partido Social Democrata, de 64 anos de idade, filha de Manuel dos Santos Pires e de Rita Augusta Fernandes, natural e residente em França, Município de Bragança, portadora do Cartão de Cidadão n.º 05886919 e eleitora n.º 735 da Comissão Recenseadora da Freguesia de França.

Os trabalhos prosseguiram com a apresentação, pelo Sr. Presidente da AMB, do

PONTO 1 - ATA: Leitura, discussão e votação da ata da segunda sessão ordinária/2018, realizada no dia 27 de abril.

Não houve pedidos de esclarecimentos.

Fez intervenção a membro Fátima Bento (CDU), para sugerir que passasse a constar na ata, em todas as votações, o sentido de voto das forças políticas.

Após análise e discussão, foi a mesma ata submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria absoluta, com zero votos contra, cinco abstenções e quarenta e sete votos a favor, estando, momentaneamente, cinquenta e dois membros presentes.

Não houve declarações de voto.

PONTO 2 – PÚBLICO - PERÍODO DE INTERVENÇÃO.

Não houve intervenções.

PONTO 3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Fizeram intervenções os membros Dinis Costa (PS), Fátima Bento (CDU), António Malhão (PPD/PSD) e Sara Dias (BE).

Dinis Costa – Apresentou, por escrito, o seguinte voto de congratulação:

“ Voto de congratulação

A AM de Bragança reunida em sessão ordinária no dia 28 de junho de 2018 congratula-se por verificar que a CMB fará em breve a merecida homenagem ao Dr. Mário Soares atribuindo o seu nome a um arruamento da cidade.

Tal facto, por si, é o que importa sublinhar dado que o Dr. Mário Soares é, como ainda ontem sublinhava Miguel Sousa Tavares em entrevista à RTP, a figura determinante da história de Portugal após o 25 de Abril. É por isso algo irrelevante verificar que a forma como o procedimento foi adotado constitui uma clara desautorização do Grupo Municipal do PSD.

Em boa hora, pois - pese embora o procedimento pouco ortodoxo -, soube a CMB ouvir a Assembleia Municipal de 27 de abril e não já o seu próprio Grupo Municipal e conseqüentemente, resolveu o executivo camarário acolher a Recomendação que aqui foi trazida pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Bragança.

Torna-se assim, irrelevante e de nenhum efeito a forma como o grupo municipal do PSD votou a referida proposta de recomendação na sessão anterior da Assembleia Municipal de Bragança realizada no passado dia 27 de abril de 2018.

Fica a toponímia da cidade mais rica, sinalizando a adesão da cidade aos valores pelos quais o Dr.º Mário Soares sempre se bateu. E por isso se congratula esta Assembleia Municipal.

O Proponente – Dinis Costa (Grupo Municipal do PS).”

Não tendo havido discussão, foi o mesmo voto de congratulação submetido a votação, tendo sido aprovado, por maioria relativa, com zero votos contra, trinta e quatro abstenções e dezassete votos a favor, estando, momentaneamente, cinquenta e um membros presentes.

Declaração de voto do membro António Malhão (PPD/PSD) – “Muito bom dia a todos, um cumprimento genérico para todos os presentes. Naturalmente que o voto de

abstenção do Grupo Municipal do PSD teve a ver com o conteúdo da intervenção do Sr. Deputado do PS e com o sublinhado que fez de o Grupo Municipal do PSD ter sido ultrapassado pelo Executivo. Nós não nos sentimos ultrapassados, de forma alguma, até porque a nossa posição era no sentido de que essa figura ilustre fosse homenageada de forma até mais emblemática, mais solene, por isso não nos revemos nessas críticas, e daí o nosso voto de abstenção. Muito obrigado.”

Fátima Bento – Apresentou, por escrito, a seguinte moção:

“Moção

“Água, um bem público inalienável!”

\Considerando que a água é um bem essencial à vida, sem a qual nenhum ser vivo pode viver, e por isso a acessibilidade à água se constitui um direito universal que tem de ser assegurado a todos os cidadãos.

Considerando que a universalidade do acesso à água só se garante em toda a sua plenitude com a exploração e gestão pública dos recursos hídricos e serviços de abastecimento e saneamento, de qualidade e acessíveis a toda a população.

Considerando que as atuais exigências de gestão e regras mais apertadas impostas pela legislação aplicável não tem em conta a dimensão, tipologia e recursos diferenciados dos municípios de menor dimensão, ao mesmo tempo que a política do Governo para o sector da água alicia e incentiva os municípios à criação de sistemas Intermunicipais e multimunicipais, nomeadamente no acesso a Fundos Comunitários.

Considerando que tais condições configuram um desrespeito pela autonomia do Poder Local Democrático e chantagem sobre as autarquias, conhecendo-se as consequências de idêntico processo na alienação da captação e distribuição em alta às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro (atual águas do norte).

Considerando que o município de Bragança integra um processo em curso de alienação de todo o património de abastecimento e saneamento à Resíduos do Nordeste, EIM, S.A..

Considerando que as consequências imediatas de tal alienação impõe a perda de autonomia do município na definição de preços e tarifas e um aumento generalizado dos preços por via da “harmonização de tarifas”.

Considerando que os Estatutos da Resíduos Nordeste, EIM, S.A. retira às Assembleias Municipais instrumentos de fiscalização da sua atividade, nomeadamente passando para a Assembleia –Geral desta empresa a responsabilidade de alterar os Estatutos, autorizar a alienação de património, subcontratar outras entidades e ou empresas para a gestão e delegação de quaisquer competências afetas à sua atividade.

Considerando que a nível mundial se está a assistir a uma reversão dos processos de privatização, através da remunicipalização, porque se conclui que a gestão privada dos serviços de água conduziu à degradação da qualidade do serviço, à dificuldade em monitorizar os privados, à falta de transparência, à falta de investimento nas infraestruturas, ao aumento dos custos para as populações, à destruição de postos de trabalho e retirada de direitos aos trabalhadores, aliás como já se verifica com a recolha e tratamento de resíduos sólidos onde a Resíduos Nordeste, EIM, S.A. é responsável.

Assim, tendo em conta que este processo não está concluído e é possível a sua reversão, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida no dia 28 de Junho de 2018, delibera:

- 1 – Interromper o processo em curso de alienação de todo o património de abastecimento e saneamento á Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.
- 2 – Rejeitar todo e qualquer processo de chantagem e aliciamento do Governo que promova e incentive a alienação de património de abastecimento de água e saneamento às populações.
- 3 – Manter todas as competências da autarquia na gestão e exploração dos recursos hídricos e serviços de abastecimento e saneamento.
- 4 – Recuperar a captação e distribuição da água em alta à empresa Águas do Norte e proceder à verticalização de todo o sistema de captação e distribuição nas responsabilidades do município.

A proponente – Fátima Bento (Grupo Municipal da CDU).”

Não houve pedidos de esclarecimento.

Fizeram intervenções os membros António Malhão (PPD/PSD) e Alfredo Teixeira (PS).

António Malhão – Referiu que o Município geria a causa pública e os recursos locais de forma exemplar e que estava de boa-fé no atual processo da

água, pensando no benefício dos cidadãos, pelo que tinha a confiança do Grupo Municipal do PSD, e que não votaria a favor da moção.

Alfredo Teixeira – Referiu que a questão trazida pela CDU era, por demais, importante e preocupante para as populações, mas que não era através dela que se iria resolver o problema.

Disse que se justificava que este assunto fosse agendado, para discussão, numa sessão da Assembleia, e desafiou o Sr. Presidente da Câmara a dar respostas a estas preocupações.

Terminou, dizendo que o PS não podia dar um voto de carta-branca ao executivo camarário para gerir uma questão tão problemática, que dizia respeito a todos, e que o PS necessitava de esclarecimentos para determinar o sentido de voto sobre a moção.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer o seguinte:

Que a CM tem gerido, com grande preocupação, de forma correta, a água, um recurso indispensável à vida. Informou que havia alguns problemas para resolver, dos quais a AM já estava informada.

Que, caso não houvesse conteúdo contraditório na moção, até dava os parabéns à proponente, pela preocupação manifestada. Informou que, a nível da Comunidade Intermunicipal, estavam a tentar fazer algo que fosse ao encontro dos interesses dos munícipes, não só de Bragança mas de todos os municípios que a integram.

Que, a exemplo do ano anterior, em setembro voltaria à AM o contrato de gestão delegada, com a Resíduos no Nordeste, para se evitar a privatização do sistema, para que o controlo fosse feito pelo Município, servindo bem os concidadãos, com os preços mais baixos possíveis.

Terminou, frisando que o Município nunca hipotecaria a possibilidade de ser ele a gerir a água, e referiu que a Resíduos do Nordeste tem feito um bom trabalho, na recolha dos resíduos sólidos.

Alfredo Teixeira - Referiu que o futuro não parecia ser promissor, tendo em conta as taxas constantes na fatura da água, e a justificação anteriormente fornecida pelo Sr. Presidente da Câmara.

Para responder ao orador anterior, o Sr. Presidente da Câmara solicitou-lhe que fizesse a comparação com as faturas de outros municípios, por exemplo com o de Vila Real, cujas taxas eram, quase, o dobro.

Após análise e discussão, foi a mesma moção submetida a votação, tendo sido reprovada, com quarenta e três votos contra, nove abstenções e onze votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e três membros presentes.

Não houve declarações de voto.

António Malhão – Apresentou, por escrito, a seguinte intervenção:

“A título de introdução, gostaria de fazer um breve enquadramento das principais razões que levaram à apresentação por parte do Grupo Municipal do PSD de uma moção sobre a alteração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT), cuja discussão pública decorreu entre 30 de Abril e o passado dia 15 de Junho.

Em primeiro lugar, devo sublinhar que o PNPOT é um documento da maior relevância em matéria de políticas públicas e da construção de uma visão estratégica ao nível local, regional e nacional.

Em segundo lugar, quero lembrar que é a partir deste programa que são influenciados os financiamentos das principais infraestruturas no âmbito do próximo QCA (Portugal 2030).

Em terceiro lugar, devo lembrar aqui que o executivo municipal aprovou na sua reunião do passado dia 18 de Junho uma tomada de posição pública sobre a não inclusão no referido PNPOT da conectividade interna e externa de Bragança, e que aproveito para saudar pela oportunidade da iniciativa, a qual mereceu também o voto favorável dos Senhores vereadores do Partido Socialista;

Em quarto e último lugar, embora reconheça que o impacto das moções apresentadas em sede desta Assembleia Municipal, nos termos do artigo 74º, nº1, alínea a), poderá não ser muito significativo, mas contribui para a consciencialização e sensibilização da comunidade e dos poderes políticos para a importância desta temática. Já o ditado diz que “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Esta é uma luta que precisa do apoio de todos e de uma grande capacidade de resiliência e de persistência, que de resto é apanágio dos brigantinos e dos transmontanos. Por isso

mesmo, é importante que se tomem outras iniciativas que reforcem esta moção, nomeadamente através do direito de petição e de ação popular, previstos no artigo 52º, da CRP.

Para terminar, e por uma questão de gestão de tempo do Grupo Municipal do PSD, rogo ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal o favor de proceder à leitura da presente moção sobre a alteração do PNPOT.

Obrigado pela vossa atenção! ”

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia passou à leitura da moção:

“MOÇÃO

Sobre a inclusão no Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT) da conectividade interna e externa de Bragança

Considerando que:

1 – Está em curso a alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o qual incide especialmente num novo plano de ação a 10 anos e num novo regime de gestão, acompanhamento e monitorização das políticas públicas. Este documento constitui uma orientação para as políticas setoriais e para os planos e programas de âmbito nacional, regional e local, em articulação com os programas e investimentos estruturais mais importantes, tendo por essa razão influencia direta no financiamento de infraestruturas do próximo QCA – Quadro Comunitário de Apoio “Portugal 2030”;

2 – A proposta de alteração do referido Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), cujo período de discussão pública terminou no passado dia 15 de Junho, não contempla as infraestruturas consideradas de vital importância para a melhoria da conectividade interna e externa de Bragança, designadamente a continuação da ligação do IP2 Bragança-Puebla da Sanábria, a evolução do Aeródromo Municipal de Bragança para Aeroporto Regional, uma futura ligação ferroviária, e ainda o reforço e melhoria das tecnologias de comunicação e informação (TIC);

3 - A construção de infraestruturas de conexão internacional dos territórios, nomeadamente os de baixa densidade, capazes de alavancar a criação de riqueza e emprego que contribuam para a fixação da população, sobretudo jovem, deverá assumir-se como um desígnio e uma prioridade nacional de combate às assimetrias e ao despovoamento, os quais continuam a fragilizar e a empobrecer cada vez mais a democracia e o país;

4 – Apesar de Bragança ter um posicionamento geográfico privilegiado no contexto peninsular, continua a não beneficiar dessa importante centralidade, o que constituiria uma enorme vantagem competitiva territorial, desde que seja dotada de uma conectividade mais rápida e mais segura com os principais eixos rodoviários e ferroviários que passam a escassos quilómetros da fronteira, fazendo ligação com as vias fundamentais de comunicação da Europa e nos aproximariam de importantes mercados e centros de conhecimento e tecnologia;

5 – Este objetivo é uma prioridade e uma grande ambição da região que une todos os quadrantes públicos e privados da comunidade. Desde 1998 que a Câmara Municipal de Bragança conjuntamente com outras entidades das duas regiões fronteiriças, tem vindo a reivindicar a ligação para norte Bragança – Puebla de Sanábria, tendo esta inclusivamente sido incluída em 2002 no Plano Rodoviário Nacional, aquando da sua revisão, e merecido a aprovação do seu projeto em 2006;

6 – Para complementar a conectividade interna e externa é fundamental que o Aeródromo Municipal de Bragança evolua para Aeroporto Regional, sendo esta infraestrutura aeroportuária regional de âmbito transfronteiriço estratégica para Trás-os-Montes, no que respeita ao aproveitamento do enorme potencial turístico do território. É igualmente fundamental num quadro de intermodalidade dotar o território de uma ligação ferroviária com a vizinha Espanha e de melhores infraestruturas ao nível das tecnologias de informação e comunicação.

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária de 28/06/2018, deliberou reclamar e exigir junto do Governo Central a inclusão das ligações rodoviárias e ferroviárias Bragança-Puebla de Sanábria e ainda a transformação do Aeródromo Municipal de Bragança em Aeroporto Regional de Bragança no Programa Nacional da política do Ordenamento do Território (PNPOT).

Mais deliberou que a presente moção seja enviada para as seguintes entidades:

- Sua Excelência o Presidente da República
- Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República
- Sua Excelência o Primeiro Ministro
- Senhor Ministro do Ambiente
- Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas
- Senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal
- Senhores Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Distrito de Bragança
- Comunicação Social

O Proponente: Grupo Municipal do PPD/PSD”.

Dinis Costa (PS) – Dirigindo-se ao Grupo Municipal do PSD, depois à AM, e dando a possibilidade ao Sr. Presidente da Câmara de esclarecer a matéria e de dizer qual a sua posição sobre o assunto, disse que o PS atendia, favoravelmente, todas as justas reivindicações que apelassem aos poderes públicos, para que as mesmas fossem consagradas.

Pediu ao Sr. Presidente da Câmara que esclarecesse a AM quanto à sua posição sobre a integração da ferrovia (ligação de Bragança à Puebla de Sanábria) no PNOT (Programa Nacional de Ordenamento do Território), porque o que tinha dito na Reunião de Câmara não coincidia com o que disse à Comunicação Social.

O Sr. Presidente da Câmara, respondendo ao pedido de esclarecimento do anterior orador, referiu que as informações que chegam às pessoas não deviam ser deturpadas, e, repetindo o que, na altura, tinha dito sobre a ferrovia, disse que a posição tinha sido tomada na Comunidade Intermunicipal, subscrita pelo Município de Bragança, e que tal possibilidade nunca tinha sido rejeitada.

Também informou, que na reunião da Comissão Executiva do Eixo Atlântico, realizada no dia 26 de junho, da qual o Município de Bragança é parte integrante, tinha diligenciado para que fosse aprovada uma moção relacionada com a ferrovia, para que entrasse no processo de discussão noutros tipos de organizações, e que à Comunicação Social já tinha dado conhecimento de tal posição.

Fizeram intervenções os membros Dinis Costa (PS), Luís Silvestre (PS) e Luís Dias (PS).

Dinis Costa – Disse que a informação que lhe chegou, sobre as tomadas de posição do Sr. Presidente da Câmara, sobre a ferrovia, era aquela que ele referiu, e perguntou ao Sr. Presidente se houve evolução no seu pensamento, ou se houve outro motivo que o levou àquelas diferentes tomadas de posição.

Presidente da Câmara – Frisou que não houve alteração na sua linha de pensamento, e voltou a referir que a posição tinha sido tomada a nível da CIM.

Luís Silvestre – Relativamente ao posicionamento da CIM, perguntou para onde deve orientar o IP2, se será por Vinhais ou por Puebla de Sanábria.

Luís Dias – Pediu ao Sr. Presidente da Câmara que falasse sobre o relatório da Comissão Europeia, que data de março de 2018, que faz a análise do existente sistema transfronteiriço, ao nível das ligações ferroviárias e das ligações em falta nas fronteiras internas da União Europeia, e que informasse de quais eram as ações futuras a levar a cabo pela Câmara Municipal de Bragança para que aqueles projetos fossem uma mais-valia para a região.

Para responder aos oradores anteriores, o Sr. **Presidente da Câmara** disse o seguinte:

Quanto ao IP2, referiu que o Plano Rodoviário Nacional o definia como de Bragança à Puebla da Sanábria. Disse que a questão colocada era outra, ou seja a nível partidário, e que as decisões eram tomadas ao nível da Comunidade Intermunicipal. Deu conhecimento da moção aprovada pela AM de Macedo de Cavaleiros, liderada pelo PS, a qual reivindicava a continuação do IP2, de Macedo para Vinhais, referindo que era um caso inédito, e que se constatava que o que se estava a passar tinha a ver com questões partidárias e não com questões de desenvolvimento territorial, e numa atitude hostil contra Bragança.

Relativamente ao relatório da Comissão Europeia, referiu que o mesmo não trazia nada de positivo para o território de Bragança, e que era sabido que a intenção de investimento na ferrovia era para o litoral e não para o interior.

Quanto às medidas que a CMB podia adotar, relativamente a esta matéria, o que estava em discussão era o Plano Nacional de Investimentos 2030, e outras tomadas de posição sobre esta matéria, para que a reivindicação, vertida na presente moção, pudesse vir a ser integrada no Plano Nacional de Investimentos 2030.

Luís Silvestre – Agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da Câmara, disse que comungava de todas as suas preocupações, e frisou que o PS nunca se preocupou muito em ser “pau mandado” do partido socialista, distrital ou nacional, e

referiu, como exemplo, a questão da água, porque em primeiro lugar estava Bragança, e, em segundo, as questões partidárias.

Após análise e discussão, foi a mesma moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, uma abstenção da CDU e sessenta e um votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e dois membros presentes.

Fizeram declaração de voto os membros Fátima Bento (CDU) e Dinis Costa (PS).

Fátima Bento – Apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto:

“Não são medidas avulsas que resolvem os problemas do território, e estranhamos que os mesmos que patrocinam a construção de uma ciclovia em cima da linha férrea venham agora exigir a ligação a Espanha por transporte ferroviário, é por conseguinte neste sentido que a CDU justifica o seu sentido de voto. Desta forma não apoiamos argumentações e soluções superficiais e desconexas que não se apresentam como a resposta necessária aos problemas estruturais do território e que não são a solução milagrosa para criar emprego, riqueza ou fixação da população, nem mesmo no combate às assimetrias e despovoamento, como referido na moção. O que deveria e deve ser discutido e proposto face ao PNPO é a inclusão de medidas que garantam a equidade territorial, através da concretização da regionalização e subsequente valorização do Poder Local. Uma vez que o suposto melhoramento da conectividade por si só não resolve nada, a solução tem de passar por uma regionalização, e a par da promoção do desenvolvimento de infraestruturas geradoras de bens e serviços estratégicos, deve se potenciar o investimento público e privado, o bom uso dos fundos comunitários, promover as atividades económicas, o emprego, valorizar o trabalho e os trabalhadores e valorizar os recursos naturais.”

Dinis Costa – “Muito sintética, breve e telegráfica, para ficar a constar da ata que o Partido Socialista vota as moções em função do seu conteúdo e não do portador ou do mensageiro.”

Sara Dias – Apresentou, por escrito, a seguinte proposta de recomendação:

**“Proposta de Recomendação
Criação de Medidas de Apoio ao Bem-estar Animal**

Considerando que:

- a) Muitas famílias e pessoas em situação de carência económica encontram algum conforto com a companhia de animais;
- b) Em muitas das situações identificadas na alínea anterior, e mesmo considerando todo o conforto e carinho que lhes é dedicado, os animais não são acompanhados dos cuidados veterinários e da alimentação mais adequada por falta de capacidade financeira para suportar as despesas;
- c) Os serviços de Apoio Social da Câmara Municipal de Bragança na sinalização e acompanhamento dos apoios sociais conseguem referenciar também a existência de animais no agregado familiar;
- d) A compra de animais promove, em alguns casos, a sua reprodução excessiva;
- e) Todos os animais de estimação representam um grande compromisso, envolvendo vários aspetos da vida de quem o pretende fazer, e necessita de ser ponderada e devidamente esclarecida, atendendo ao compromisso que se estabelece e ao cumprimento da legislação em vigor.

Assim, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em Sessão Ordinária no dia 28 de junho delibera recomendar à Câmara Municipal:

- 1 – Que apoie as famílias e/ou pessoas que tenham animais de estimação e que se encontrem em situação de carência económica devidamente identificada;
- 2 – Promova a articulação entre os serviços municipais na identificação da existência de animais ao abrigo de famílias e/ou pessoas em situação de carência económica;
- 3 – Promoção de campanhas de sensibilização sobre o Bem-Estar dos Animais junto das escolas, instituições e empresas do concelho;
- 4 - Promover campanhas anuais de adoção de animais, criando condições através da desparasitação interna e a esterilização, cuidados veterinários básicos, identificação com microchip e licenciamento dos animais a colocar em regime de adoção.

As proponentes: Sara Canteiro e Catarina Assis – Grupo Municipal do BE.”

Solicitaram esclarecimentos os membros António Malhão (PPD/PSD), Fátima Bento (CDU) e Luís Silvestre (PS).

António Malhão – Perguntou à proponente da moção se tinha quantificado qual era o impacto financeiro que a medida iria ter no orçamento municipal, como é que a medida iria ser operacionalizada, e como é que as pessoas carenciadas, que não têm dinheiro para aviar as suas receitas na farmácia, iriam compreender que o Município apoiasse tal medida, pelo que não achava que fosse exequível sem haver uma discussão mais profunda, e a quantificação do impacto no orçamento municipal.

Fátima Bento – Disse que a ideia poderia ser importante, mas que era necessária uma discussão mais profunda sobre o assunto, e, a concretizar-se, teria que haver um regulamento.

Luís Silvestre – Referiu que compreendia a preocupação da proponente da proposta de recomendação, e perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se a verba prevista no orçamento, sessenta mil euros, para a Associação da Defesa Sanitária, não poderia ser utilizada para vacinar os animais.

Sara Dias – Frisou que o propósito da proposta de recomendação era sensibilizar as pessoas, dado que era no verão que se verificava que muitos dos animais eram abandonados, por motivo de férias dos donos.

Referiu que todas as pessoas deveriam ter acesso à medicação, que era um assunto que poderia ser resolvido, mas que, entretanto, poderiam ser resolvidos outros problemas mais fáceis, como o que se propunha na proposta, dada a sua importância, porque os animais errantes eram um problema para a saúde pública.

O Sr. Presidente da Câmara, respondendo à questão que lhe foi colocada, informou que a verba que o Município tinha inscrita em orçamento se destinava ao financiamento do canil intermunicipal (captura dos animais errantes, despesas inerentes ao funcionamento: sanidade, alimentação e manutenção das instalações), cuja gestão era partilhada com mais três municípios.

Informou, ainda, da existência de protocolos estabelecidos com outras entidades, tais como a Associação Amicus Canis (AMICA), que recebia dois mil euros para tratar do processo de esterilização, e a Associação de Proteção animal, com um apoio concedido para poderem fazer algum trabalho relativamente a esta matéria.

Também informou da candidatura que estava a decorrer, para se conseguirem melhores condições para o canil, com a ampliação das instalações, para uma maior capacidade de alojamento.

Terminou, dizendo que o Município já tinha uma despesa considerável relativamente a esta questão do bem-estar animal.

Fez intervenção o membro Luís Silvestre (PS), para dar os parabéns à proponente da proposta de recomendação, e dizer que a mesma iria ter o voto favorável do PS, e frisar que se verificava que muitas das coisas já estavam a ser feitas.

Após análise e discussão, foi a mesma proposta de recomendação submetida a votação, tendo sido reprovada, com trinta e seis votos contra, seis abstenções e quinze votos a favor, estando, momentaneamente, cinquenta e sete membros presentes.

Fizeram declaração de voto os membros Nuno Diz (PJM do Parâmio) e Fátima Bento (CDU).

Nuno Diz – “Muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. vereadores, presidentes de junta, membros da Assembleia, público, comunicação social.

Só para referir que o meu sentido de voto foi de abstenção, não por estar contra o voto de recomendação, por que acho que qualquer voto de recomendação é sempre útil para Câmara, mas no sentido de que ele devia ser reformulado, deviam ser avaliados mais fatores, nomeadamente o económico, bem como os animais que deviam ser intervencionados nesta situação de ajuda.”

Fátima Bento – “ A CDU votou a favor porque achamos que esta recomendação é válida, e é exatamente isso, uma recomendação, uma preocupação pelo bem-estar das pessoas, que inclui os seus animais de companhia, e, de facto, aqui era muito esta questão da promoção de campanhas de sensibilização, haver uma maior articulação entre os serviços municipais e a identificação da existência de animais, era, no fundo, promover uma maior cooperação entre as várias entidades e entre as pessoas com animais, e de que forma também o Município poderia promover o bem-estar de todos esses elementos, animais e pessoas.”

Terminado o PAOD, passou-se ao ponto seguinte.

PONTO 4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

“ Conforme alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apresento para apreciação a presente informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 27 de abril de 2018.

1. Gestão, organização interna e relacionamento com os municípios

Finanças do Município

A execução financeira, reportada ao período de 1 de janeiro a 31 de maio de 2018 ascende, na componente das receitas, com inclusão do saldo da gerência anterior, a 47,33% (20.689.583,30€). Em igual período, a despesa foi executada em 25,83% (11.291.907,00€) das dotações corrigidas.

De um modo global, as Grandes Opções do Plano atingiram, até 31 de maio de 2018, uma execução financeira de 14,04% (2.598.332,77€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos, no montante de 2.138.693,20€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Atividades Municipal, no valor de 459.639,57€.

Desta forma, o Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 13,36% e o Plano de Atividades Municipal, constituído pelas atividades mais relevantes da autarquia, atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 18,33%.

As despesas incluídas nas Grandes Opções do Plano foram principalmente orientadas para as funções sociais e económicas, com um valor de despesa paga de 1.558.729,54€ e de 759.090,00€, respetivamente.

O passivo da autarquia regista, em 31 de maio de 2018, uma diminuição das dívidas a terceiros no montante de 173.357,00€, ou seja, 2,50% comparativamente a 31 de dezembro de 2017. A dívida a terceiros, de médio e longo prazos, apresenta um valor de 3.031.667,00€ a que acresce a dívida que o Município de Bragança detém com a obrigatoriedade legal de realização de capital para o Fundo de Apoio Municipal – FAM (645.510,00€) e uma dívida a terceiros de curto prazo de 3.080.633,00€, representando uma diminuição de 173.357,00€, ou seja, de 5,33%, comparativamente a 31 de dezembro de 2017.

Importa salientar que integram as dívidas a terceiros de curto prazo, o montante não reconhecido de 148.922,00€ relativo à empresa Águas do Norte, S.A. sendo que, desse valor,

o Município de Bragança já impugnou judicialmente a importância de 92.690,00€, bem como os credores de cauções (fundos alheios à autarquia, encontrando-se depositados em contas específicas de disponibilidades e passíveis de utilização, para restituição, a qualquer momento) no valor de 1.424.644,00€. Se deduzirmos esses valores à dívida a terceiros de curto prazo registada (3.080.633,00€), a dívida efetiva de curto prazo do Município de Bragança ascende a 1.507.067,00€.

De 11 de abril a 11 de junho de 2018, foram agendados, para Reunião de Câmara, apoios financeiros às freguesias, no montante de 112.200,00€ e a instituições sem fins lucrativos, no valor de 210.200,00€.

Salienta-se que, a 31 de maio de 2018, o Município de Bragança detinha um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 4 dias.

No período em apreço, foram concluídos os trabalhos de elaboração da Prestação de Contas do ano de 2017 e iniciados os trabalhos preparatórios com vista à consolidação de Contas do referido exercício económico.

Relacionamento com os municípios

- O Balcão Único de Atendimento do Município de Bragança, nos meses de abril e maio, nas suas mais diversas vertentes e serviços, registou 6.230 atendimentos, sendo 2.734 em assuntos diversos e 3.496 em atendimentos para pagamentos.

Registou-se, assim, uma média diária de 156 atendimentos.

Neste período, o tempo médio de atendimento foi de 9:00 minutos no atendimento geral e 05:00 minutos no atendimento de pagamentos.

O tempo médio de espera registado foi de 4:00 minutos no atendimento geral e 3:00 minutos para pagamentos.

2 - Coesão Social

Educação

- Procedeu-se, através da DGEstE – aplicação “REVVASE”, à inserção e validação dos dados referentes às refeições escolares consumidas no 2.º trimestre de 2018, com um total global de 34.490 refeições escolares, abrangendo uma média diária de 550 alunos.

- A DGEstE – DSNR, no âmbito dos Acordos de Colaboração, de Contratos Cooperação e de Contratos Programa procedeu à transferência, para o Município, no mês de março,

de uma verba de 54.173,00€ e no mês de maio, uma verba de 36.801,88€, referentes às participações das Atividades de Animação e Apoio à Família e das Assistentes Operacionais.

- Continuam as ações de sensibilização sobre segurança rodoviária na Escola Fixa de Trânsito, ministradas pelos agentes do Programa Escola Segura da PSP. Nos meses de abril, maio e até 15 de junho realizaram-se 44 sessões, envolvendo 813 alunos das escolas do 1º ciclo do ensino básico público, particular e cooperativo do concelho.

- O Município de Bragança assinalou o **Dia Mundial da Criança**, no dia 1 de junho, com a realização de duas sessões de um espetáculo de circo, para todas as crianças da educação pré-escolar e alunos do 1º ciclo do Concelho de Bragança, envolvendo, aproximadamente, um total de 2.000 crianças e acompanhantes.

- No período em análise, foi dada continuidade à realização das ações de educação para a saúde, no âmbito da Saúde Oral, desenvolvidas ao longo do ano letivo, envolvendo todos os jardins-de-infância do concelho, num total de 680 crianças, tendo o Município disponibilizado transporte para as deslocações necessárias, garantindo a participação das crianças e um maior envolvimento e empenho da comunidade educativa no desenvolvimento deste **projeto – “Sorrir Branquinho”**.

- No âmbito da certificação dos serviços municipais pela Norma ISO 9001:2015 e no decurso da realização da auditoria e controlo, com o objetivo de verificar a correta conceção do sistema de HACCP e do plano de vistorias periódicas às cozinhas, transporte e locais do serviço (empratamento) de refeições, o município contratou os serviços de um laboratório acreditado para auditar e assegurar o cumprimento das regras.

- Pelo segundo ano, o Município de Bragança atribuiu **Bolsas de Estudo** a 34 alunos do ensino superior, no total de 22.140,00€. No ano letivo 2016-2017, o Município de Bragança tinha atribuído bolsas a 24 alunos, no valor global de 10.920,00€.

Ação Social

- Nos meses de abril, maio e primeira quinzena de junho, realizaram-se aproximadamente 70 atendimentos sociais, onde se analisaram os diferentes pedidos de apoio, mediante a elaboração de diagnósticos, com conseqüente encaminhamento e acompanhamento social a indivíduos e famílias.

- O Município de Bragança, em parceria com o Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires, a Associação Académica do IPB e a União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, organizou, nos dias 8 e 9 de maio, a **VIII Feira de Emprego, Educação e Solidariedade** que contou com a presença de 57 expositores entre empresas, instituições públicas, instituições escolares, educacionais e formativas, IPSS's e associações e fundações.

Cultura

- Com organização do Município e da Academia de Letras de Trás-os-Montes, decorreu, de 18 a 26 de maio, um pouco por todo o Concelho, o **IV Festival Literário de Bragança**, deixando uma marca na Cidade e também no meio rural, contribuindo, para a “descentralização da cultura”.

O evento, que decorreu sob o mote “Cultura, Território e Identidade”, começou com a emissão do programa “Governo Sombra” a que se seguiram, nos restantes dias, a conversa com Ciência: “O Cosmos”, e ainda vários escritores e jornalistas convidados, bem como escritores associados da Academia de Letras de Trás-os-Montes, que estiveram à conversa com o público, de várias idades, e apresentaram livros nas escolas da Cidade de Bragança, no Auditório Paulo Quintela, no Centro de Fotografia Georges Dussaud, na Biblioteca Municipal e na aldeia de Parada.

O IV Festival Literário de Bragança, para além de livros e de literatura, incluiu, também, a visita de um ilustrador a diversos estabelecimentos de ensino, a realização de workshops de pintura e ilustração, a instalação de uma Banca de Livros e momentos musicais.

- No mês de abril e até ao dia 17 de junho, realizaram-se 32 **sessões cinematográficas** com uma assistência de 970 espectadores.

Desde o início das projeções cinematográficas, em maio de 2017, foram já apresentados 88 filmes, com 180 sessões realizadas, assistidas por um total de 7.546 espectadores.

- No passado dia 15 de junho, foi inaugurada, no Museu Etnográfico Provincial de León, a **exposição “Mascaradas Portuguesas”** que apresenta duas componentes: uma intitulada “Máscaras Rituais de Portugal”, coleção de Roberto Afonso e outra, intitulada **“Máscaras e Rituais do Distrito de Bragança”**, que apresenta fotos, trajes, máscaras e demais elementos identificativos das Festas de Inverno realizadas neste distrito.

Esta exposição enquadra-se nas atividades desenvolvidas pelo Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial León – Bragança e estará patente até 30 de setembro do presente ano.

- Nos dias 28 e 29 de abril, Bragança foi a cidade escolhida pela representação nacional do Conselho Internacional de Dança da Unesco – Secção de Lisboa, para a organização do evento que corporiza a celebração do **Dia Mundial da Dança**.

As comemorações, organizadas pelo Município de Bragança contaram, no dia 28 de abril, com o workshop “Bragança é Dança”, e múltiplos espetáculos de dança com artistas, grupos e academias locais. Já no dia 29 de abril, foi a vez do Teatro Municipal de Bragança acolher o espetáculo e o flash mob de encerramento, que contou com a participação de mais de 70 bailarinos de escolas de dança de todo o País.

- Bragança foi a cidade portuguesa escolhida para acolher a sede da **Associação dos Estudantes e Pesquisadores Brasileiros em Portugal**, inaugurada no dia 23 de maio e instalada em pleno Centro Histórico.

- Foi com um dia inteiramente dedicado aos mais pequenos, que o Conservatório de Música e de Dança de Bragança encerrou o ano letivo. O evento **Kids Art Bragança**, que decorreu na Praceta Adriano Moreira. Foi totalmente direcionado para os alunos do Conservatório de Música e de Dança de Bragança que frequentam o 1º ciclo.

- Com o objetivo de acompanhar, em permanência, as crianças e os alunos que revelem maiores dificuldades de aprendizagem e/ou risco de abandono escolar ou comportamentos de risco, foi feita, no dia 5 de junho, a apresentação pública do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - PIICIE do Município de Bragança.

No concelho vão ser implementados, ao longo de 36 meses, dois projetos: “Bragança Acompanha – Sucesso Escolar” e “Projeto Piloto – Prevenir para Melhorar Bragança”, que representam um investimento superior a 632 mil euros, integrado num plano global (com o valor de 6,3 milhões de euros financiado por fundos europeus do Norte 2020), promovido pela CIM Terras de Trás-os-Montes.

- **Centro de Arte Contemporânea:** No Núcleo de Exposições Temporárias esteve patente, de 17 de março a 18 de junho, a exposição de Filipe Marques “Knife and Wound”.

- Nas salas dedicadas à pintora Graça Morais esteve patente, até 18 de junho, a exposição “Cabo Verde, o espírito do lugar”
- Nos meses de abril e maio, foram realizadas 22 visitas guiadas/jogo, solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 2.664 pessoas, sendo 2.414 de nacionalidade portuguesa, 117 espanhola e 133 de outras nacionalidades.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje: Nos meses de abril e maio visitaram o museu 1.600 pessoas, sendo 1.071 de nacionalidade portuguesa, 326 espanhola e 203 de outras nacionalidades.

Neste período foram realizadas 8 visitas, solicitadas por escolas e instituições locais, nacionais e também do estrangeiro.

Desde o dia 1 de junho até 31 de julho, está patente, no espaço do Museu Ibérico da Máscara e do Traje, a exposição de Máscaras, do artesão António Fernandes. Esta exposição reflete, de uma maneira muito expressiva, a ligação do autor com a natureza que o rodeia e com as lides agrícolas.

Teatro Municipal de Bragança: Nos meses de abril e maio realizaram-se 18 espetáculos, com 23 sessões, assistidos por 5.696 espectadores.

No mês de abril destacaram-se os espetáculos integrados em mais uma edição do “Vinte Sete - Festival de Teatro” que, pelo décimo quarto ano consecutivo, se realiza em Bragança. O “ATM – Atelier dos Tempos Mortos”, pela Companhia do Chapitô, “A Bela Adormecida”, pelo Teatro Ferro, “TORGA – LIBERDADE, um cineteatro em nove letras”, pelo Teatro da Garagem, “Mapa” pela companhia A Caravana Passa, “O Último Dia de um Condenado” pela companhia Yellow Star Company e “Lindos Dias” pela companhia Causas Comuns, e as celebrações do Dia Mundial da Dança.

No mês de maio, a realização da iniciativa Teatro Aberto, com participação dos agrupamentos de escolas Abade de Baçal, Emídio Garcia e Miguel Torga e da Escola Superior de Educação, que apresentaram, respetivamente, as peças “Henri Porta e as janelas mágicas”, “Simplesmente mãe”, “O segredo de Chantal” e “Nada” e os festivais de Tunas Académicas: XIII Capote – Festival de Tunas Femininas de Bragança, V RAUSS&Tuna’S – Festival Solidário de Tunas Mistas em Bragança e XX FITAB – Festival Internacional de Tunas Académicas de Bragança.

No dia 18 de maio, no âmbito do IV Festival Literário de Bragança, foi transmitido a partir do TMB o programa de análise humorístico-política “Governo Sombra”, na TVI24 e na TSF.

O mês terminou com o XIV Encontro Internacional de coros infanto-juvenis e o concerto Jorge Almeida & Filarmónica de Bragança.

Já no mês de junho, referência para, no âmbito da rubrica “Pianíssimo”, os espetáculos “I Love Satie”, com Joana Gama, “Marta Menezes”, com Marta Menezes, e para a Audição Final do Conservatório de Música e Dança de Bragança.

Biblioteca Municipal: No período considerado, passaram pela Biblioteca Municipal 4.539 utilizadores, distribuídos pela secção de adultos e secção infantil. Utilizaram o Serviço Internet 342 pessoas e registaram-se 193 leitores de periódicos. Procedeu-se ao empréstimo de 790 documentos (monografias e audiovisuais) e à inscrição de 30 novos utilizadores. No serviço de animação e extensão cultural, realizaram-se 13 eventos de leitura onde participaram 939 crianças, jovens institucionalizados em entidades do concelho e público em geral.

Durante este período deu-se continuidade aos projetos: “Sábados de Encantar” e “Clube de Leitores”, com duas sessões cada uma, tendo contado, na totalidade, com cerca de duas dezenas de espectadores.

Destaque, ainda, durante este período, para a realização de um workshop “Biblioterapia: Ler para viver melhor”, a propósito do Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor, no dia 23 de abril.

Centro Cultural Municipal Adriano Moreira – Exposições: Foi inaugurada, no dia 10 de abril, a VI edição do IMPLICARTE – Mostra de Artes Visuais, Dramáticas e Musicais, com uma exposição de trabalhos de alunos dos cursos artísticos do IPB.

Esta iniciativa, da Escola Superior de Educação, que conta com o apoio do Município de Bragança, visa colocar os alunos do IPB e os seus trabalhos, em contacto direto com o público exterior à academia.

No dia 10 de maio, foi inaugurada a exposição “Percurso 4”, da autoria dos alunos do 12.º ano do curso de Artes Visuais do Agrupamento de Escolas Emídio Garcia.

Nos meses de abril e maio visitaram este espaço 562 pessoas.

Centro de Fotografia Georges Dussaud: Neste espaço está patente, desde 16 de junho de 2017, a exposição Georges Dussaud “A Cidade e as Serras”.

Na sala de exposições temporárias, desde o dia 7 de abril, está patente a exposição de fotografia “Rituais do Ver”, de Fátima Carvalho.

Nos meses de abril e maio visitaram o centro 1.012 pessoas, sendo 784 de nacionalidade portuguesa, 169 espanhola e 59 de outras nacionalidades.

Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano: Nos meses de abril e maio visitaram o Centro 694 pessoas, sendo 476 de nacionalidade portuguesa, 120 espanhola e 97 de outras nacionalidades.

Desporto e juventude

- Bragança recebeu, a 22 de abril, o término da **I Volta ao Nordeste em Bicicleta**. A iniciativa da Associação Regional de Ciclismo e Cicloturismo de Bragança, com o apoio do Município de Bragança, trouxe mais de 150 ciclistas, que percorreram 220 quilómetros, passando por seis concelhos. O Município de Bragança marcou presença com uma equipa de sete elementos.

- No dia 6 de maio, mais de 720 atletas, amadores e profissionais, participaram na **III edição da Corrida das Cantarinhas**, organizada pelo Município e pelo Ginásio Clube de Bragança. A iniciativa contou com a presença de atletas em representação de 18 clubes de Portugal e de Espanha, dos quais, seis estiveram presentes pela primeira vez.

Além da principal prova (10 mil metros), realizaram-se, ainda, as corridas de Benjamins e Escolas (500 metros), Juvenis (5 mil metros) e a Caminhada Popular (6 mil metros).

- Realizou-se, no dia 1 de Maio, dia do Trabalhador, a **XIX edição dos Jogos Tradicionais** do Concelho de Bragança que este ano teve lugar na aldeia de Alimonde, onde marcaram presença mais de meio milhar de pessoas.

- **A Semana do Desporto**, que decorreu de 2 a 10 de junho, contou com um leque diversificado de atividades para todas as idades, desde o BTT noturno a iniciar a semana, até à realização de mais de 200 jogos de futebol onde marcaram presença mais de 1000 crianças e jovens que disputaram o encerramento do 18º Torneio Crescer Jogando, passando pela 7ª Maratona de Futsal que contou com 16 equipas a jogar durante 32 horas, ainda a 4ª Gala Desportiva e o Sarau de encerramento do CAB.

A Semana do Desporto foi promovida pelo Município de Bragança, com a colaboração e envolvimento de diversas coletividades e entidades do Concelho.

- Promover um estilo de vida mais saudável e ativo, fomentar o convívio e combater a solidão, foram alguns dos objetivos da atividade “**Bragança Ativa**”, que levou cerca de 500 pessoas, no dia 6 de junho, ao Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira e às Piscinas Municipais para participar nas diversas atividades.

A iniciativa “Bragança Ativa” representa o encerramento do “ano letivo” de programas como Desporto Sénior no Meio Rural, Bragança Ativa no Pavilhão e Classes Orientadas da Piscina Municipal.

- Mais de 180 atletas (mais 50 do que em 2017) de 10 clubes do Norte do País e da vizinha Espanha marcaram presença, no dia 21 de abril, no **Torneio Internacional de Natação Cidade de Bragança**, que decorreu na Piscina Municipal.

Ambiente e sustentabilidade

- Encontra-se em execução a empreitada de “Fornecimento, montagem e ligação à rede de saneamento de uma estação de bombagem de águas residuais no Parque de Campismo”, cujo valor de adjudicação foi de 42.289,00€.

- Foi concluída a empreitada de “substituição da rede de água na Rua Coronel António Teixeira e na Rua do Teixo”, cujo valor se cifrou em 84.601,00€.

- No âmbito do controlo de animais errantes, que tem vindo, de forma sistemática, a ser efetuada, procedeu-se à captura de 43 canídeos e 6 felinos, dos quais 6 foram adotados e 1 resgatado pelo seu proprietário.

3. Desenvolvimento Económico e Competitividade

Promoção Económica

- Este ano a **Feira das Cantarinhas** realizou-se no primeiro fim-de-semana de maio, tendo registado um incremento na afluência de visitantes, nomeadamente de turistas espanhóis.

Para a maioria dos expositores e feirantes a alteração da data da Feira das Cantarinhas, para o 1.º fim-de-semana de maio, foi benéfica e traduziu-se num maior incremento do negócio.

A XXXII Feira de Artesanato, que teve lugar na Praça Camões, decorreu de 2 a 6 de maio, acolhendo 70 expositores, vindos de todo o País.

- Os Terrados do Mercado Municipal acolheram, no dia 28 de abril, a **13.ª Exposição Monográfica de Cão do Gado Transmontano**, que contou com a participação de 51 animais e o apoio do Município de Bragança.

- Iniciou-se, a 12 de maio, a **Banca na Praça**, um espaço de venda direta de produtos da terra, artesanato, fumeiro e pão. Um evento que tem registado uma elevada procura, quer por parte dos expositores, quer por parte dos munícipes e turistas.

- Mais de 70 empresários marcaram presença na apresentação e discussão da proposta das **normas de alienação dos lotes da Área de Acolhimento Empresarial das Cantarias**, que decorreu no dia 4 de junho, no Brigantia EcoPark.

A sessão pública deu a conhecer detalhes da ampliação da Zona Industrial das Cantarias, cuja intervenção já está concluída e será inaugurada no próximo dia 30 de junho.

Agricultura e pecuária

- Começou, no dia 6 de maio, a **III edição do Campeonato Chega de Touros**, que decorrerá, até ao dia 21 de agosto, no Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones.

Participam 46 animais, divididos pelas categorias de Cruzados, Mirandeses e Mirandeses menores de 5 anos. Sendo uma das tradições mais conhecidas da região, as chegadas de touros contribuem para a dinamização da pecuária e do setor agrícola.

- Mais de 250 animais de 44 criadores participaram nos **Concursos Nacionais de Ovinos e Caprinos**, que decorreram nos Terrados do Mercado Municipal de Bragança, no dia 9 de maio.

A iniciativa, que abrangeu o XXIII Concurso Nacional da Churra Galega Bragançana Branca, o III Concurso Nacional da Churra Galega Bragançana Preta e o III Concurso Nacional da Cabra Preta de Montesinho, incluiu as palestras “Classificação morfológica linear” e “Compromisso das medidas agroambientais”, que reuniram mais 50 criadores.

- Mais de 20 expositores deram a conhecer, no dia 19 de maio, durante a **IV Feira do Cebolo**, em Alfaião, o cebolo de reconhecida qualidade e outros produtos da região.

Turismo

- Dados referentes aos atendimentos efetuados nos Postos de Turismo Municipais (Posto de Turismo e Loja Interativa), apontam para um crescimento de 40% no período da Páscoa e de 27% no mês de maio, face a iguais períodos homólogos.

Mercados como Portugal, Espanha e França já se encontram consolidados sendo a sua presença constante ao longo de todo ano. Mercados emergentes, principalmente fora das datas festivas, destacam-se Inglaterra, Brasil, Alemanha e Bélgica. Refira-se que o mercado inglês registou um crescimento superior a 20%.

De acordo com os dados recolhidos, de 1 a 7 de maio de 2018, através de inquérito nos principais empreendimentos turísticos de Bragança, é possível identificar os fatores que mais motivam a visita a Bragança. Assim, identifica-se o aumento pelo interesse da gastronomia (13%), da natureza (21%) e da cultura (32%).

- Encontra-se aprovada, a candidatura conjunta para **valorização da Via da Prata - Caminho de Santiago**. Esta candidatura, apresentada pelos Municípios de Bragança, Vinhais e Chaves, à Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior tem um montante elegível de 365.958,04€.

- Jornalistas da China visitaram, no dia 6 de maio, a cidade de Bragança e o Parque Natural de Montesinho, no âmbito de uma parceria com a Associação de Turismo do Porto e Norte.

Mobilidade

- Nos meses de abril e maio, verificaram-se 521 movimentos de aeronaves.

Em relação à carreira de serviço público Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão e no mesmo período, a aeronave efetuou 208 movimentos, tendo embarcado 379 passageiros e desembarcado 357.

4. Reabilitação Urbana

Obras

- Neste período foram adjudicadas obras no valor de 502.638,00€, com destaque para a Reparação da Cobertura do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, vários passeios na cidade e reabilitação do espaço público do Bairro Novo da Providência.

Serviço de Gestão Urbanística e Fiscalização

- Realça-se que do conjunto das operações sujeitas a licenciamento e a comunicação prévia, 48% destas ações reportam-se à cidade de Bragança, e os restantes 52% reportam-se ao espaço rural, sendo que 100% das ações se inserem em espaço ordenado dentro de perímetros urbanos.

- No âmbito do sistema de gestão de qualidade, orientado para a satisfação do munícipe, com metas definidas para uma resposta aos prazos definidos pelo RJUE, verifica-se que 98% do conjunto das operações urbanísticas foram analisados num prazo não superior a 30 dias, sendo que para comunicações prévias obteve-se 75% de respostas, num prazo não superior a 7 dias. A média em número de dias ficou em 13 para licenciamentos administrativos e 6 dias para comunicações prévias.

Coesão Territorial

- A população da União das Freguesias de S. Julião de Palácios e Deilão reuniu-se, no dia 29 de abril, para a **inauguração das obras de requalificação do Pavilhão Multiusos de S. Julião de Palácios**. Tratou-se de um investimento na ordem dos 70.000,00€, apoiados financeiramente pelo Município de Bragança em cerca de 55.000,00€.

5. Outras informações

- **Foi recebido, nas instalações do Município de Bragança, o Embaixador da Dinamarca**, Michael Suhr, tendo sido abordados temas tão variados como a formação e educação, possibilidade de instalação de empresas dinamarquesas em Bragança e estabelecimento de novas parcerias e negócios.

- O **Presidente da República de Cabo Verde**, Jorge Carlos Fonseca, foi recebido **nas instalações do Município de Bragança**, no dia 2 de junho. Durante o encontro institucional foram abordados, entre outros assuntos, a possibilidade de estabelecer novas parcerias a diversos níveis, nomeadamente empresarial e cultural, reforçando os laços já existentes.

- **Bragança foi a cidade escolhida para acolher o dia festivo da Brigada de Intervenção, do Exército Português onde, de 26 a 30 de maio, esteve instalada uma exposição de capacidades e meios, visitada por escolas, instituições e público em geral.**

De 7 a 17 de maio, foram também efetuadas obras de engenharia, nomeadamente no que diz respeito à requalificação da fachada da Igreja da Sé, intervenção inserida no âmbito da presença desta força militar na cidade de Bragança.

- No dia 4 de maio teve lugar a **marcha lenta pelo direito a habitar o interior**. Tratou-se de uma manifestação organizada pela Associação RIONOR, em colaboração com os Agricultores do Parque Natural de Montesinho e com o apoio do Município de Bragança.

- **Durante cinco dias, Bragança transformou-se na capital da arte urbana graças ao Sm'arte – III Festival de Street Art de Bragança.**

Nove artistas, bem como alunos dos Agrupamentos de Escolas Emídio Garcia e Abade de Baçal, da Escola Profissional Prática Universal e da Escola Superior de Educação de Bragança, coloriram e reabilitaram imóveis e espaços públicos em Bragança que, de ano para ano, se afirma, cada vez mais, como uma referência do street art a nível nacional e internacional.

Além das intervenções de arte urbana, o Sm'arte integrou ainda o Mercado de Rua, a Praça do Artista, o Espaço Radical e o Espaço Infantil e estendeu-se um pouco por toda a cidade, com a presença de dez estátuas vivas, desenho de caricaturas, sessões de teatro e música ao ar livre e a Festa Sm'arte, com o DJ Fernando Alvim.

Recorde-se que Bragança conta já com mais de 30 intervenções de street art em espaços públicos, sendo já associada à arte urbana. Uma referência comprovada pelo convite, dirigido ao Município de Bragança, para integrar a Plataforma Street Art Cities, que conta com 58 países e mais de 12 mil intervenções e que, em Portugal, inclui, apenas, as cidades de Lisboa e Loures.

Município de Bragança, de 20 de junho de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal

Hernâni Dinis Venâncio Dias”

O Sr. Presidente da Câmara, antes de passar à apresentação do powerpoint, sobre o estado e Vida do Município, e referindo-se, ainda, à questão do bem-estar animal, informou que o Município, conjuntamente com a AMICA, também faziam campanhas de sensibilização, inclusivamente em escolas, trabalho esse devidamente acompanhado pela Veterinária municipal.

Também informou que o Município tinha estabelecido com as clínicas veterinárias do concelho um protocolo de colaboração no sentido de, durante o fim de semana e horas

fora do horário normal de trabalho, ser feita a recolha dos animais que sofrem acidentes e ficam cadáveres, e outros que ficam feridos.

De seguida, completou a informação escrita relativa ao Estado e Vida do Município, previamente distribuída pelos senhores membros da Assembleia Municipal, através da seguinte apresentação em “powerpoint”:



Segurança Rodoviária



- Continuam as ações de sensibilização.
- Realizadas 44 sessões (abril, maio e junho) que envolveram 813 alunos das escolas do 1º CEB.

3

Dia Mundial da Criança



Espetáculo de circo para todas as crianças do pré-escolar e do 1º CEB, envolvendo mais de 2000 crianças e acompanhantes.

4

IV Festival Literário



Workshops de pintura, ilustração, banca de livros, momentos musicais e um programa televisivo, a cargo de escritores, ilustradores e jornalistas.

5

Informou que esta iniciativa foi alargada ao meio rural, concretamente em Parada.

Exposições



Mascaradas Portuguesas: Presente até 30 de setembro no Museu Etnográfico Provincial de León. Apresenta 2 componentes: Máscaras e Rituais do Distrito de Bragança e Máscaras e Rituais de Portugal.

6

Exposições



Esteve patente no CCMAM a Exposição – Percurso 4.



Máscaras de António Fernandes, patente no MIMT.

7

Dia Mundial da Dança



Bragança escolhida para as comemorações pelo Conselho Internacional de Dança da Unesco – Secção de Lisboa.

8

Apoio a coletividades



Atribuídos cerca de 71.000,00€ a 26 coletividades do concelho (de cariz cultural, artístico, recreativo humanitário e de solidariedade social).

9

VIII Feira de Emprego, Educação e Solidariedade



Contou com 57 expositores (empresas, instituições públicas, instituições escolares, educacionais e formativas, IPSS, associações e fundações).

10

XV Encontro de Gerações



- Decorreu no Santuário de Santa Ana em Meixedo.
- Juntou mais de duas mil pessoas.

11

I Volta ao Nordeste em Bicicleta



- 150 ciclistas percorreram 220Km.
- O MB marcou presença com equipa de 7 elementos.

12

III Corrida das Cantarinhas



Cerca de 500 atletas de 18 clubes de Portugal e Espanha e mais de 700 participantes.

13

XIX Jogos Tradicionais



Mais de 500 pessoas marcaram presença em Alimonde.

14

Semana do Desporto



BTT Noturno, 200 jogos de futebol com mais de 1000 crianças e jovens, maratona de futsal, 4ª Gala Desportiva e Sarau do CAB.

15

+ Segurança



Limpeza das bermas e envolventes das aldeias.

16

**Feira das Cantarinhas e
XXXII Feira de Artesanato**



Registaram um crescimento de visitantes, essencialmente espanhóis.

17

Informou que os visitantes tinham ficado satisfeitos com a boa decisão que a Câmara tomou de colocar a feira ao fim de semana.

**XIII Exposição Monográfica do
Cão do gado Transmontano**



Estiveram 51 animais a concurso no dia 28 de abril.

18

Banca na Praça



Iniciou a 12 de maio e prolonga-se até 29 de setembro. Tem registado uma elevada procura, quer por parte de expositores, quer por parte de munícipes e turistas.

19

Área de Acolhimento Empresarial das Cantarias



A apresentação e discussão da proposta das normas de alienação teve lugar no Brigantia Ecopark com a presença de mais de 70 empresários.

20

III Campeonato de Chega de Touros



- Iniciou a 6 de maio e decorre até 21 de agosto.
- Participam 46 animais nas categorias Cruzados, Mirandeses e Mirandeses menores de 5 anos.

21

Concursos Nacionais de Ovinos e Caprinos



- Mais de 250 animais de 44 criadores.
- Abrangeu o 23º Concurso da Churra Galega Bragançana Preta, 3º Concurso Nacional da Churra Galega Bragançana Preta e 3º Concurso Nacional da Cabra Preta de Montesinho.

22

Estado e
Vida do Município

3. Desenvolvimento Económico e Competitividade - Agricultura e pecuária -



IV Feira do cebolo de Alfaião



- Mais de 20 expositores deram a conhecer o cebolo de reconhecida qualidade e outros produtos da região.

23

Estado e
Vida do Município

3. Desenvolvimento Económico e Competitividade - Turismo -



+ Turismo



Dados recolhidos nos Posto de Atendimento ao Turismo apontam para um crescimento de 40% no período da Páscoa, e 27% no mês de maio, face a períodos homólogos .

24

Caminhos de Santiago



Aprovada candidatura conjunta (Bragança, Vinhais e Chaves) para valorização da Via da Prata – Caminho de Santiago com montante elegível de 365,958,04€

25

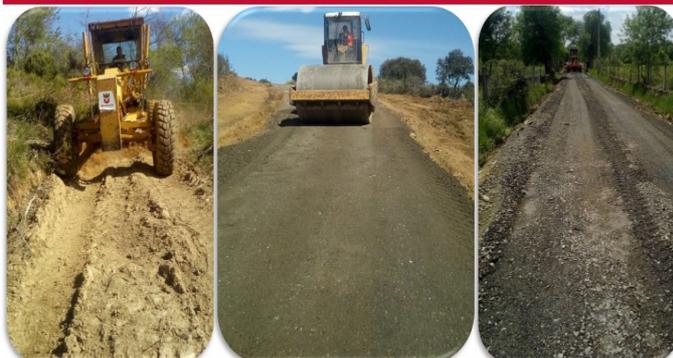
Requalificação do Pavilhão Multiusos de São Julião de Palácios



Investimento de 70.000,00 apoiados pelo Município em 55.000,00€.

26

+ Mobilidade



Manutenção e enchimento dos caminhos em 25 aldeias.

27

+ Mobilidade



Concluídos os trabalhos de repavimentação do C.M. 1054 (Salsas – Vila Boa) e C.M. 1032 (acesso a Vila Boa). Investimento de 290,002,00€.

28

+ Mobilidade



Iniciados os trabalhos de pavimentação do C.M. 1208 (Rebordãos). Investimento de 268,445,00€.

29

Cemitério do Santo Condestável



Em curso as obras de beneficiação no Cemitério de Santo Condestável. Investimento de 68.143,00€.

30

Diplomacia



Visita do embaixador da
Dinamarca – Michael Suhr.



Visita do Presidente da República
de Cabo Verde – Jorge Fonseca.

31

Brigada de Intervenção do Exército



Bragança escolhida para acolher o Dia Festivo da Brigada. Contemplou
exposição de capacidades e meios e requalificação da fachada da Sé.

32

Marcha Lenta pelo direito a Habitar os Territórios Raianos



Organizada pela Associação Rionor e agricultores do PNM, contou com a colaboração do Município .

33

Sm'arte – III Festival de Stree Art



9 artistas + AEE Garcia e Abade de Baçal + EPPU + ESE + 10 Estátuas Vivas + Caricaturista + Slackline + Atelier de Artes + Musica de Rua + Teatro de Rua.

34

Lucinda Moreiras e Eva Fernandes (juniores)



Sagraram-se Vice-campeãs nacionais de corrida de montanha. Lucinda Moreira integrará a seleção nacional para representar Portugal no Campeonato da Europa de Corrida de Montanha.

35

Solicitaram esclarecimentos os membros Paulo Lopes (PS), Luís Santos (PS), Nuno Diz (PJF do Parâmio), Luís Fernandes (PUF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova), Alfredo Teixeira (PS) e Fátima Bento (CDU).

Paulo Lopes – Colocou as seguintes questões:

Sobre o Conselho Municipal da Juventude:

Qual a razão de ter sido instalado só em 2014;

Por que motivo o executivo municipal não reunia com o Conselho;

Onde estava o espaço, previsto na lei, no site do Município, para o Conselho;

Onde estavam os pareceres obrigatórios, do órgão, em relação ao plano de atividades anual e orçamento municipal;

Quais os membros da Mesa do Plenário, na presente data;

Qual era o método alternativo ao previsto na lei, que este executivo utilizava para a auscultação dos jovens, relativamente aos seus problemas.

Relativamente ao Plano de estratégia de marketing de turismo de Bragança, perguntou pelos resultados do trabalho da equipa, que há duzentos dias atrás, o Sr. Presidente tinha referido que existia, e quais as diretrizes turísticas, qual o plano de ação e incidência do marketing turístico para o Concelho de Bragança.

No que diz respeito à segurança rodoviária, quanto às regularizações por ele solicitadas há já algum tempo, frisou que, além da retirada da lombada e da placa na Sá Carneiro e a pintura das linhas de estacionamento na Rua da Dinastia de Bragança, tudo o resto continuava igual.

Luís Santos – Sobre a circular interior de Bragança, uma vez que a 2.ª Fase das obras da Zona Industrial de Bragança previa uma ligação à circular, e porque era necessário ligar a Avenida Abade de Baçal às Cantarias, para desviar o trânsito de camiões, perguntou para quando o avanço do projeto e, conseqüentemente, da obra.

Quanto à possibilidade do referido troço de circular receber uma ciclovia, referiu que, caso implicasse a subversão de faixas de rodagem, não achava bem, porque o troço seria para desviar os camiões da cidade e se fosse implantada demasiada ciclovia, e em largura excessiva, comprometeria o n.º de faixas de tabuleiro, e só uma faixa para cada lado implicaria um embaraço de trânsito, o que iria comprometer a segurança, pelo que queria saber se a Câmara, aquando da elaboração do projeto, estava atenta a esses aspetos.

Nuno Diz – Quanto à limpeza das bermas das estradas, louvou o trabalho que a CM tem levado a cabo, e, dada a impossibilidade de limpar todos os troços, perguntou se não seria possível o alargamento do horário de trabalho dos respetivos trabalhadores, a fim de serem contemplados outros troços, aproveitando, assim, os recursos existentes, tratores e destroçadores, o que se justificava no período de verão.

Luís Fernandes – Referiu-se às dificuldades que as freguesias tinham em manter apresentáveis as suas ruas, dada a despesa que tal manutenção acarretava.

Quanto às candidaturas das barragens, perguntou se as mesmas tinham sido feitas, dado serem necessidades imperiosas.

Referindo-se ao excessivo tempo de espera, por parte dos presidentes de junta de freguesia, para serem recebidos pelo Sr. Presidente da Câmara, sugeriu que fosse criado um gabinete onde um vereador pudesse recebê-los e resolver alguns problemas, no imediato, encaminhando outros para o executivo, e receberem a resposta desse encaminhamento também naquele momento, o que iria evitar os constrangimentos que se verificavam.

Terminou, dizendo que teve conhecimento que outras câmaras do Distrito de Bragança tinham, todas as semanas, uma manhã ou uma tarde, reservadas só para o Presidente da Câmara receber os presidentes das juntas de freguesia. Disse, ainda, e relativamente à correspondência enviada para a CM, que não havia feedback, pelo que se tornava necessário resolver tais situações.

Alfredo Teixeira – Referiu que, no documento “estado e vida do Município”, não era referido nenhum dado acerca do balcão virtual, e porque o mesmo tinha sido alvo de avaliação, sobre a transparência do Município, gostava de saber qual foi o resultado, relativamente aos problemas reportados no referido balcão, concretamente à falta de iluminação pública, e edifícios a ameaçar ruína.

Fátima Bento – Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se já tinha uma resposta à sua questão colocada na última sessão da AM, sobre os vestígios arqueológicos encontrados na Rua do Paço, quais os vestígios e que medidas tinham sido tomadas para a sua preservação.

Quanto ao corte/limpeza das árvores na Av. Abade de Baçal, junto ao Eixo Atlântico, dada a discrepância da limpeza, perguntou qual tinha sido o critério utilizado, e por que é que apenas se aplicou a algumas delas.

Referindo-se à recolha de resíduos, disse que era do seu conhecimento que a CMB tinha solicitado, através da Resíduos do Nordeste, à Ferrovial, que o serviço de recolha de resíduos também fosse realizado aos domingos e feriados, e que havia resistências, por parte dos trabalhadores, em aceitar, uma vez que a Ferrovial pretendia pagar-lhes como sendo um dia normal de trabalho, pelo que perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se tinha conhecimento da situação, e que medidas a Câmara iria tomar para que a Ferrovial cumprisse com os direitos dos trabalhadores, independentemente do papel que o Sindicato estivesse a desempenhar.

Relativamente à ampliação da Zona Industrial das Cantarias, e porque o projeto contemplava a proteção dos dois núcleos de afloramentos rochosos do geossítio do Cabeço do Tojal dos Pereiros, perguntou por que motivo foi negligenciado o potencial turístico e de investigação desses núcleos, com rochas com a idade de 1.1 bilião de anos.

Terminando, e sobre o processo de classificação de interesse municipal da Casa do Abade de Baçal, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se iria honrar o seu compromisso assumido na sessão da AM realizada no dia 27 de junho de 2017.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões que lhe foram formuladas.

Respondendo ao membro Paulo Lopes, referiu o seguinte:

Relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, informou que o mesmo iria reunir no dia 23 de julho, às 18h00, e que todas as questões seriam debatidas naquele fórum.

Quanto à estratégia turística disse ao Sr. membro Paulo Lopes que deveria ver os números que tinham sido apresentados.

No que diz respeito à segurança rodoviária, referiu que os dados a fornecer à CMB deviam ser enviados de forma oficial, e que as situações por ele apontadas na última sessão da AM, tinham sido bem analisadas, pelos respetivos Serviços, mas que apenas tinham sido corrigidas aquelas em que havia motivos para tal.

Respondendo ao S. membro Luís Santos, quanto à circular interior, informou que o projeto foi apresentado com as faixas de circulação rodoviária, cicláveis e pedonais definidas e em conformidade. Referiu que esta ligação iria servir de complemento a outras já existentes, pelo que os fluxos de trânsito para aquela zona seriam divididos por todas elas.

Respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Parâmio, frisou que a sugestão era extemporânea, porque os trabalhadores que faziam a limpeza no meio rural já estavam a praticar, há algum tempo, um horário mais alargado, ao final do dia, mais duas horas.

Respondendo ao Sr. Presidente da UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova, referiu o seguinte:

Quanto à limpeza das ruas, respondeu que não havia mais informação a facultar, dado que já tinha dado conta dos problemas que existiam sobre esta questão.

Quanto às barragens, informou que os trabalhos estavam a decorrer, de forma a serem apresentadas as candidaturas, quando estas estivessem abertas. Mais informou que a Direção Regional da Agricultura ainda tinha que constituir as Juntas de Agricultores, para se formalizar devidamente o processo.

Quanto aos tempos de espera referidos, disse que lamentava o facto do Sr. Presidente da UF só querer falar com o Presidente da Câmara, e que também era importante que referisse as vezes que era atendido no momento.

Relativamente à correspondência, disse que todos os pedidos tinham sempre uma resposta.

Respondendo ao Sr. membro Alfredo Teixeira, quanto aos problemas reportados ao balcão virtual, informou que a reposição das luminárias era da responsabilidade da EDP, e que a Câmara apenas lhe dava conhecimento das situações.

Respondendo à membro Fátima Bento, relativamente aos vestígios arqueológicos na Rua do Paço, referiu que não havia qualquer vestígio arqueológico, mas sim o cumprimento da legislação, a qual obrigava, em determinadas zonas da cidade, nomeadamente a incluída no PPZH1 e PPZH2, ao acompanhamento dos trabalhos de intervenções, com arqueólogos credenciados.

Quanto à poda das árvores, na Avenida Abade de Baçal, informou que apenas tinham sido intervencionadas aquelas que estavam a perturbar as habitações.

Relativamente à Resíduos do Nordeste, frisou que, sendo ele o Presidente do Conselho de Administração daquela entidade, desconhecia a informação que a Sr.^a membro Fátima Bento tinha, e pediu-lhe que lha facultasse, mais pormenorizada.

No que diz respeito ao “geossítio Tojal dos Pereiros”, na Zona Industrial das Cantarias, informou que foi preservado de acordo com a declaração do impacto ambiental.

Quanto à Casa do Abade de Baçal, esclareceu que a Câmara Municipal nunca deixaria de honrar os seus compromissos, e referiu que o proprietário do imóvel ainda continuava com a intenção da candidatura na área de turismo, e que a CM aguardava o desenvolvimento do processo, para poder tomar alguma decisão.

Fizeram intervenções os membros José Moreno (PPD/PSD), João Saldanha (CDS/PP), João Cabrita (PPD/PSD), Fátima Renovato (PS), Alfredo Teixeira (PS), Paulo Lopes (PS) e Nuno Diz (PJF do Parâmio).

José Moreno – apresentou, por escrito, a seguinte intervenção:

“Foi no pretérito ano de 1498 que Sua Alteza Real a Rainha D. Leonor instituiu a irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, cuja função principal era a de cumprir e fazer cumprir as 14 obras de misericórdia sempre numa atitude de principal ajuda aos mais pobres. Hoje mais que nunca verifica-se a atualidade destas instituições tanto mais que sua Santidade o Papa Francisco sempre atento às periferias existenciais nos pede uma particular atenção aos mais pobres dos pobres. Por ocasião do ano da Misericórdia por ele instituído lembrou-nos não só a atualidade das obras da misericórdia como ainda se sentiu na necessidade de acrescentar às 14 obras uma décima quinta a saber: o respeito pela casa comum ou seja uma particular atenção à dimensão ecológica do planeta. Assim sendo ocorre com particular gaudium que nesta cidade celebramos este ano o quinto centésimo aniversário da instituição por sua Alteza Real D. Manuel I que instituiu a nossa Santa Casa da Misericórdia de Bragança, a celebrar no dia 6 de julho de 2018.

As referidas celebrações têm decorrido com enorme êxito e dignidade ao longo do ano em curso. No mundo em que vivemos onde a pessoa é cada vez mais menosprezada no que diz respeito à sua dignidade importa continuar a afirmar os valores que são a essência e a grande referência da Santa Casa.

Para nós a pessoa não é um número nem um conceito, nem uma ideia, mas antes um indivíduo com nome e com história. Isto a torna única e irrepetível e por isso carregada de dignidade e merecedora de respeito.

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança orgulha-se de pautar a sua ação na defesa intransigente destes valores indo assim ao encontro do que se encontra plasmado no seu compromisso e estatuto.

No tecido social da nossa região a Santa Casa tem um papel predominante na sua economia social quer pela criação de emprego quer pela criação de novas respostas sociais. Nesse sentido passo a concretizar onde se faz a intervenção da nossa Santa Casa:

- Capelania – sendo um serviço disponível 24h/dia em qualquer das respostas sociais sempre que solicitado bem como o culto sacramental nos lares, na UCC e no CEE.

Respostas sociais/Equipamentos: Serviço de Apoio Domiciliário, Lar Santa Teresa D’Ávila, Lar Santa Isabel, Lar Imaculada Conceição, Centro de Dia, Creche São João de

Deus, Creche da Coxa, Creche Cinderela, Pré-escolar Cinderela, Creche familiar – serviço de amas, Casa Abrigo a mulheres vítimas de violência, ATL/Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, Centro de Educação Especial – CAO, Centro de Educação especial – Lar, Escola do 1.º Ciclo DR. Albina Sá Varga, Cantina Social, Unidade de Cuidados Continuados, programa de Apoio a refugiados.

Total de Utentes / Dia – 944

N.º de colaboradores – 353

Outros serviços e Apoios:

Serviço de atendimento e ação social/RLIS – Média mensal de atendimentos e acompanhamentos: 120 beneficiários;

Programa Operacional de Ajuda Alimentar a Pessoas Carenciadas – Número de beneficiários: 64;

Bairro Social

Museu Etnográfico Dr. Belarmino Afonso.”

Terminada a sua intervenção, e em nome da Santa Casa da Misericórdia, e em seu nome, e também em nome da Dr.ª Isabel Lopes, membro da AM, porque fazem parte da Mesa Administrativa da Santa Casa, deixou um agradecimento público ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, pela ajuda prestada à Instituição, e pela sua presença nos eventos, sempre que lhes era devido.

De seguida, propôs um **Voto de Louvor à Santa Casa da Misericórdia de Bragança**, pela ação desenvolvida ao longo de 500 anos, cujo aniversário se celebra no dia 6 de julho de 2018, o qual foi aprovado por unanimidade e aclamação.

Intervieram, ainda, os membros João Saldanha (CDS/PP), João Cabrita (PPD/PSD), Fátima Renovato (PS), Alfredo Teixeira (PS), Paulo Lopes (PS) e Nuno Diz (PJF do Parâmio).

João Saldanha – Colocou as seguintes questões:

Sobre o contrato relativo ao Pavilhão Desportivo da Coxa, perguntou quais eram os encargos para a Câmara Municipal de Bragança, com a renovação do contrato, dado que o primeiro não tinha tido financiamento.

Quanto às Minas de Montesinho, e referindo-se ao problema que aconteceu no dia 21 de junho, derivado à trovoada que se verificou, cujos resíduos dos buracos estavam a ser vertidos para o Rio Sabor, referiu que aquela situação não era benéfica para o turismo, pelo que a Câmara devia tomar as devidas medidas.

Relativamente à Quinta da Fonte Arcada (estrada de Vila Nova, perto de S. Jorge), estradão em terra batida, onde vivem oito famílias, referiu que naquele lugar não havia saneamento, asfalto e água, e perguntou o porquê daquela situação, dado que as informações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara não coincidiam com as declarações que as pessoas tinham prestado à Comunicação Social.

Para terminar, perguntou se o facto da nova direção do GDB estar instalada no “Ares de Serra” tinha a ver com a passagem do referido equipamento para a Câmara Municipal.

João Cabrita – A propósito da publicação do último número da revista Brigantia, n.º 34, dedicada na íntegra ao Abade de Baçal, o orador congratulou-se com a sua saída, sugerindo que seria importante que fosse promovido o prémio dedicado a uma das maiores figuras transmontanas, à semelhança do que fazem o Município de Mogadouro em relação a Trindade Coelho e Freixo de Espada à Cinta no que respeita a Guerra Junqueiro.

Ainda, a propósito do Abade de Baçal, leu passagens do Diário IV, de Miguel Torga, que lembra o funeral do Abade, em novembro de 1947, onde lhe tece palavras que estão muito aquém do prestígio de tão ilustre investigador.

Lembrou que a cidade de Bragança está, de algum modo, ligada a Fernando Pessoa. No Curso Superior de Letras, Fernando Pessoa foi colega de António Augusto Pires (Quintela) figura maior da vida bragançana no primeiro quartel do século XX. O heterónimo Álvaro de campos chegou a ser contratado como Diretor das Obras Públicas de Bragança, onde lhe foi mandado estudar o troço da estrada de Guimarães, tendo sido demitido por não trabalhar.

Por volta de 1928 ou 29 aparece a Coca-Cola em Portugal, representada por Moitinho de Almeida. Fernando Pessoa é encarregado de fazer o slogan, tendo escrito, “Primeiro, estranha-se, depois entranha-se”. Quem não aprovou a ideia, foi Ricardo Jorge, diretor de saúde em Lisboa, que mandou apreender o produto existente no mercado e

deitá-lo ao mar. Recordando o facto e servindo-se do slogan, afirmou o orador que o mesmo se podia adaptar relativamente a Bragança.

Não sendo transmontano, Bragança é hoje a terra do seu viver e de algum crescer, entranhou-se-lhe.

Acerca do Dia Mundial do Livro e do Dia da Poesia, lamentou o facto de ter sido necessário convidar uma biblioterapeuta de Portimão a vir a Bragança. Perguntou se não haveria em Bragança quem falasse de livros. Bragança, onde há anos, Santa Rita Xisto apelidava de Coimbra em miniatura. A poesia tem-se restringido às escolas e à camada mais jovem da população. Há que rever estes critérios.

Terminou, falando da Biblioteca Municipal com um acervo de 53 mil títulos, com ótimos funcionários e excelentes condições, situada num espaço nevrálgico da cidade.

Falar de cultura em Bragança é falar do apoio que o Município concede, sobretudo aos que pretendem tornar público um livro de sua autoria.

Fátima Renovato – Colocou as seguintes questões:

Placard de Necrologia – Dado que ainda não tinham sido substituídos pelos novos, relembrou ao Sr. Presidente da Câmara essa premente necessidade;

Passeios adjudicados – Queria saber se o processo de adjudicação já estava concretizado;

Obras na Sá Carneiro - Para quando estas obras;

Sinalização do parque de estacionamento - Referiu que os turistas chegavam à Praça da Sé e não tinham indicação da localização do mesmo.

Também referiu que não havia a devida indicação da localização da Câmara Municipal, quando se entrava pela entrada principal da cidade;

Iluminação – Frisou que se continuava a constatar que a iluminação na cidade era deficiente;

Eventos realizados pela Câmara Municipal – Congratulou-se e deu os parabéns à CM, dado o interesse dos eventos, nomeadamente a semana Smart Travel com as estátuas ao vivo. No entanto lamentou que a informação não tivesse chegado a todas as

peessoas, pelo que deixava a sugestão de que houvesse outro meio de divulgação, para que todas as pessoas tivessem conhecimento da realização dos eventos;

Obras no edifício sede da Liga dos Combatentes, situado no Largo de S. Vicente - Perguntou se o edifício pertencia à Câmara ou à Liga dos Combatentes, que tipo de obras, e quem as estava a realiza.

Concessões de baixa tensão – Perguntou quais eram as intenções da Autarquia, relativamente a esta questão, uma vez que a maioria das concessões, no momento, pertenciam à EDP.

Alfredo Teixeira – Louvou a Câmara Municipal pela dinamização cultural que foi levada a cabo, e referiu que, com tal dinamismo, era previsível que o Município de Bragança apresentasse uma candidatura para que Bragança, em 2027, fosse a sede da Capital Europeia da Cultura, o que seria o acentuar da riqueza e da diversidade da cultura do Concelho, na Europa, e uma oportunidade para regenerar a cidade, aumentando a população, reanimando a cultura urbana e desenvolvendo o turismo.

Terminou, dizendo que alguns dos eventos eram esvaziados de conteúdo.

Paulo Lopes – Referindo-se ao Conselho Municipal da Juventude, congratulou-se com o facto de já estar marcada uma reunião daquele órgão.

Quanto à estratégia de marketing turístico disse que não tinha obtido uma resposta com objetividade técnica, apenas com percentagens.

Quanto à questão dos pedidos de correção da sinalização rodoviária, referiu que havia, ainda, situações por resolver.

Nuno Diz – Falando da vespa da galha do castanheiro, frisou que era um assunto de extrema importância, e alertou o Município para o escasso tempo que os agricultores tinham para fazer as reservas para as largadas, e que havia pouca informação sobre o assunto. Solicitou mais reuniões para estudar esta problemática, porque estavam em jogo quinze milhões de euros, pelo que os presidentes de junta deviam ter uma intervenção mais proactiva, e que era importante continuar a identificar as situações.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões que lhe foram formuladas.

Relativamente ao Pavilhão da Coxa, referiu que a obra estava adjudicada, iria começar brevemente e que as questões colocadas não tinham fundamento.

Quanto às Minas de Montesinho, recordou o problema que existiu há uns anos atrás, o desabamento da escombreira, o qual tinha sido resolvido pela CMB e várias outras entidades. Informou que a CMB não tinha qualquer responsabilidade nesta questão, no entanto também se tinha preocupado com ela. Que não tinha havido mais problemas, e que a CM tinha ajudado ao desassoreamento das linhas de água, e que a situação presente não tinha derivado do problema atrás referido, mas sim da chuva que arrastou a terra.

No que diz respeito à questão de “Ares de Serra”, referiu que a CMB não tinha nada a ver com o assunto.

Relativamente à Fonte Arcada, informou que a Câmara não bloqueava a possibilidade de construção nas zonas situadas fora do PDM, e que as infraestruturas (água saneamento, acessos, iluminação), são da responsabilidade dos requerentes e não da Câmara Municipal, sendo que o requerente era alertado dessa situação no momento em que requeria a licença de construção.

No que diz respeito ao “estradão”, disse que o Município tem tido a preocupação em manter o piso nas melhores condições possíveis, no entanto as condições climatéricas ajudaram à sua deterioração. Frisou que a manutenção já era feita com maior acuidade, e neste caso particular, por se tratar de pessoas ali a residir.

Quanto à intervenção do membro João Cabrita, sobre a cultura, referiu que tinha ouvido, com atenção, as preocupações manifestadas, e que tinha sido tomada boa nota.

No que se refere à necrologia, informou que os placards já estavam colocados no átrio do Cartório da Igreja da Sé, e que a sua transferência se deveu à necessidade de não prejudicar a fachada da Igreja, do outro lado.

Relativamente aos passeios, informou que a adjudicação continuava, e que, na última Reunião de Câmara, tinha sido aprovada a adjudicação dos passeios das ruas: Emídio Navarro, Guerra Junqueiro, Bairro do Toural, e a envolvente ao cemitério, seguindo-se a tramitação normal do processo.

Informou, também, das seguintes obras adjudicadas, com o visto do Tribunal de Contas: Centro de Inovação Jurídica, e edifício para as Finanças, e o Pavilhão da Coxa.

Mais informou que estavam a decorrer novos procedimentos para o arranjo do Bairro dos Formarigos e para as zonas envolventes do Bairro da Coxa e do Bairro da Providência. Informou, ainda, que as obras na Sá Carneiro, as da circular interior e do Museu da Língua Portuguesa, dada a sua complexidade, estavam mais atrasadas.

Quanto à sinalização referiu que tinha tomado boa nota do que foi referido, e que a CM iria ver se era possível melhorar.

No que diz respeito à iluminação informou que, provavelmente se tratava de lâmpadas fundidas, e que, por vezes, não era possível serem substituídas rapidamente, embora tivessem sido reportadas as situações à EDP.

Quanto à divulgação dos eventos, frisou que o Município usava todos os canais possíveis: jornais, facebook e site do Município.

Relativamente ao edifício no Largo do Principal, informou que o mesmo era pertença da Liga dos Combatentes, a qual estava a promover as obras de reabilitação.

No que se refere à concessão da EDP, referiu que as orientações do Governo foram no sentido de que os municípios se agregassem, no mínimo ao nível da estrutura CIM ou até à agregação de CIM's, porque a capacidade negocial seria maior. Referiu, ainda, que os técnicos do Município estavam a analisar o processo no sentido de averiguar se haveria lugar à reivindicação de mais dinheiro, na parte da concessão. Também frisou que se vislumbrava que a concessão existente pudesse ser aumentada, para haver mais rendimento.

Quanto às considerações tecidas pelo membro Alfredo Teixeira, disse que no dia 23 não se falou de livros, mas que se tinha falado de muitos livros no Festival Literário, e que, por questões de calendário/oportunidade, algumas datas não eram comemoradas no dia certo.

Relativamente à vespa das galhas do castanheiro, referiu que todos os presidentes de junta, cujas freguesias se debatiam com este problema, estavam envolvidos no processo, e que a última reunião se tinha realizado no dia 11 de junho, às 18h00 na CMB, com a presença do Prof. Dr. Albino Bento, reconhecido como o técnico mais credenciado para tratar do assunto.

Frisou, também, que a metodologia, que tinha sido decidida, era serem os presidentes das juntas de freguesia a informar os proprietários, no sentido de

identificarem os focos de incidência da vespa e de os transmitirem à CMB, ou ao Politécnico/Prof. Dr. Albino Bento, ou à Direção Regional de Agricultura, a fim de se proceder ao mapeamento dos locais de incidência, para que, na data combinada, outubro/novembro, estivesse tudo identificado, a fim de serem reservados os parasitóides necessários para lançarem no ano seguinte.

Terminou, garantindo que o Município continuaria atento a esta problemática, e que continuava a contar com a colaboração dos senhores presidentes de junta de freguesia, no sentido de que todas as situações fossem reportadas, para evitar os problemas que já houve noutras regiões do nosso país, e noutros países, e que tais situações seriam transmitidas na Comissão Nacional de Acompanhamento.

Paulo Lopes – Pediu que ficasse em ata que algumas perguntas que fez ao Sr. Presidente da Câmara não obtiveram resposta.

PONTO 4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.2.1 – Consolidação de contas do exercício de 2017.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Financeira:

“A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. O n.º 1 do artigo 75.º estabelece que “sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

A utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza, consequência da alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das suas atribuições e competências, evidenciou a necessidade de divulgação da referida informação financeira para efeitos de visão global do que pode ser considerado o grupo municipal. Assim sendo, o entendimento com clareza da situação financeira do grupo só é permitida através de contas únicas, complementares às individuais, representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns, tornando-se assim a apresentação de contas consolidadas imperativa.

Os juízos divergem no que diz respeito à utilidade da informação, principalmente se não for possível a sua construção apoiada por um enquadramento normativo e legal que seja consistente e consensual. De destacar que a comparabilidade é uma das vantagens recorrentemente apontada para a existência de contas consolidadas no grupo municipal, exigindo a harmonização de procedimentos e políticas.

Tendo em consideração o disposto no n.º 3 do artigo 75.º da aludida Lei, o grupo municipal é composto por um município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controle corresponde ao poder de gerir políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Salienta-se, no entanto, que devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Na ordem que refere o RFALEI, são apresentados os documentos de prestação de contas consolidadas do grupo municipal, integrando os mesmos, o relatório de gestão,

o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, o mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Os referidos documentos foram construídos nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, e na orientação n.º 1/2010, tendo também em consideração as instruções emanadas pelo SATAPOCAL aquando da consolidação para o exercício de 2010, com as necessárias adaptações. A observância destas orientações permite a obtenção de demonstrações financeiras consolidadas que evidenciem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do grupo municipal.

Por último salienta-se que, a entidade contabilística consolidante é o município de Bragança, sendo as restantes entidades que constituem o perímetro de consolidação, ou seja, as que cumprem os critérios elencados no artigo 75.º do RFALEI, a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark, a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. e o Centro de Ciência Viva de Bragança. Esta última entidade foi incluída do perímetro de consolidação no ano de 2017, face à recente alteração dos seus estatutos, verificando-se por parte do município, por referência a elementos de poder e resultado, a existência ou presunção de controlo.

Assim, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º conjugado com a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos do estabelecido na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e revogou parcialmente a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, submetem-se, para aprovação da Câmara Municipal e apreciação e votação da Assembleia Municipal, o Documento de Consolidação de Contas do Exercício de 2017.”

Após análise e discussão, foi deliberado com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente, e Vereadores, Paulo Xavier, Fernanda Silva, e Olga Pais, e duas abstenções, dos Srs. Vereadores, Nuno Moreno e Maria da Graça Patrício, aprovar a referida proposta, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter a presente proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.”

Declaração de voto apresentada pelos Srs. Vereadores, Nuno Moreno e Maria da Graça Patrício

“A Vereação do Partido Socialista apresenta voto de Abstenção quanto ao PONTO 8 da ordem de trabalhos - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017 do grupo municipal, designadamente, no que toca às entidades detidas ou participadas, constituídas pela Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark, a Municípiã - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. e o Centro de Ciência Viva de Bragança, pela seguinte ordem de razões:

Antes de mais importa referir que, em causa, está um documento de natureza eminentemente técnico, de natureza contabilística, com extracção e cunho político diminuto, referente ao exercício de consolidação de contas, que foi objecto de parecer e relatório de gestão, com certificação dos mesmos, por um Revisor Oficial de Contas, de acordo com os princípios e normas contabilísticas e de controlo interno vigentes, e com respeito pelos princípios da verdade e sinceridade das demonstrações financeiras e integralidade das transacções subjacentes, razão pela qual não existem fundamentos pertinentes que ponham em causa a demonstração de resultados apresentada.

Não significa isto que deixaremos de registar alguns factos motivadores de apreensão, relativamente às entidades participadas e que resumidamente se elencam nos seguintes termos:

1.º - A Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark visa a promoção do desenvolvimento e a gestão do Brigantia Eco-Park; este representa um investimento que, numa 1ª fase, rondou os 9,5 €milhões, mas continua dependente de um financiamento municipal de 260.000,00€ anuais, e, ainda assim, apresenta um resultado liquido negativo de 94.051,78€, segundo o Relatório e Contas 2017, tendo sido reconhecido no contrato-programa entre o Município de Bragança e a referida Associação, para o ano de 2018, que as receitas operacionais são deficitárias para fazer face aos custos de funcionamento do equipamento, em virtude do número de empresas

instaladas sendo certo que o objectivo inicial deste investimento, seria o de instalar, em 10 anos, 110 empresas e criar 450 postos de trabalho, sendo que passado está 1/3 desse prazo, o que motiva óbvia preocupação pela evolução e gestão financeira do Brigantia Eco-Park;

2.º- No Relatório de consolidação de contas 2017, e quanto à Municipia-Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM,S.A, ao contrário das outras duas entidades participadas, não consta qualquer informação sobre as actividades desenvolvidas, nem sobre a previsão da sua evolução futura, no conjunto de entidades que compõem o perímetro de consolidação, para além de que não existe qualquer trabalhador ao serviço desta, na informação disponibilizada no quadro 5:Trabalhadores ao serviço do Grupo Municipal.

3.º - Ao nível dos proveitos, verificamos, no Relatório de consolidação de contas 2017, pág. 20, que 89% dos mesmos, têm a sua origem nas transferências, subsídios e impostos/taxas, e apenas 11% com a prestação de serviços; Ou seja, as entidades participadas estão fortemente dependentes de apoios e subsídios, detendo uma capacidade irrisória para se auto-sustentarem. Cremos que as entidades participadas deviam ser vistas e apoiadas mas no sentido de se fortalecerem e ganharem capacidade financeira própria, designadamente quanto à Brigantia Eco-Park.

4.º - Acompanhamos o Ênfase colocado pelo Revisor Oficial de Contas na constituição de uma provisão no valor de cerca de 4.500,000,00€ referente a uma facturação da empresa “Águas do Norte,S.A”, impugnada pela Câmara no TAF Mirandela, o que a, confirmar-se, é susceptível de provocar impacto muito negativo nas contas do Município.

5.º - Quanto ao saldo de gerência que transitou para o ano de 2018 - 8.858.248,00€- , sendo um aspecto positivo na óptica meramente contabilística, já não é assim na óptica do desenvolvimento económico do concelho e do bem-estar das pessoas.

De facto, está em causa o respeito pelo princípio das finanças públicas do equilíbrio entre receitas e despesas. Quase 9 €milhões de saldo no banco é um excedente demasiado elevado. Uma parte significativa deste valor não devia estar nos cofres, mas devia estar a ser investido na qualidade de vida dos Bragançanos.

6.º - Uma Câmara Municipal que tem um excedente financeiro de cerca de 9 milhões de Euros, certamente não tem necessidade de reter dinheiro pago pelo munícipe, a título de participação no IRS, fixando a taxa máxima-5%, antes devendo devolvê-lo na totalidade pois está em condições financeiras para o fazer.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 25 de junho de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – Anexo I

Consolidação de Contas de 2017”

O Sr. Presidente da Câmara, apresentando o ponto, referiu que o Município participa em algumas entidades que consolidam as respetivas contas com as contas do Município, pelo que, o que acontecesse de positivo ou negativo relativamente aos planos de execução ou orçamentos, destas entidades, passaria para as contas do município, e que este procedimento era uma exigência legal.

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria absoluta, com zero votos contra, quinze abstenções e cinquenta e dois votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e sete membros presentes.

Declarações de voto de Dinis Costa – Ver página 79.

PONTO 4.2.2 – Certificação legal e relatório e parecer sobre as contas consolidadas do ano de 2017.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2017

Pelo Sr. Presidente, foi presente, para tomada de conhecimento, a Certificação Legal de Contas Consolidadas do ano de 2017, bem como o relatório e parecer sobre as mesmas, previamente distribuídas pelo Srs. Vereadores, ficando um exemplar arquivado na Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, apresentados pela empresa de auditoria externa, Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Assim e para efeitos do estabelecido no n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que sejam submetidos para apreciação da Assembleia Municipal.

Deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submeter os documentos à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 25 de junho de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – Anexo II

Certificação legal e relatório e parecer sobre as contas consolidadas do ano de 2017.”

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria absoluta, com zero votos contra, quinze

abstenções e cinquenta e dois votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e sete membros presentes.

Não houve declarações de voto.

PONTO 4.2.3 – Apoios às Juntas de Freguesia: São Julião de Palácios e Deilão, Coelhoso, Zoio.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia catorze de maio do ano de dois mil e dezoito, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA

Pelo Sr. Presidente foram presentes as seguintes propostas depois de verificadas pela Divisão de Administração Financeira:

“A União das Freguesias de São Julião de Palácios e Deilão (NIPC 510839819) solicitou um apoio financeiro, no valor de 7.000,00 euros, para apetrechamento da cozinha de apoio ao pavilhão multiusos da aldeia de São Julião.

A presente despesa enquadra-se no Orçamento Municipal para o ano de 2018, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, sem Plano de Atividades Municipal associado, estando, em 09.05.2018, com um saldo disponível para cabimento de 250.145,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta mesma data, a 11.259.034,35 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 7.000,00 euros

(proposta de cabimento n.º 1793/2018), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

A União das Freguesias de São Julião de Palácios e Deilão (NIPC 510839819) solicitou um apoio financeiro, no valor de 3.000,00 euros, para a realização da Feira Rural da Terra e das Gentes da Lombada.

A presente despesa enquadra-se no Orçamento Municipal para o ano de 2018, na rubrica 0102|04050102 - Freguesias, sem Plano de Atividades Municipal associado, estando, em 09.05.2018, com um saldo disponível para cabimento de 73.371,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta mesma data, a 11.259.034,35 euros.

Assim, ao abrigo das alíneas o) e ff) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 3.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 1794/2018), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

A Junta de Freguesia de Coelhoso (NIPC 507139526) solicitou um apoio financeiro, no valor de 3.000,00 euros, para a realização da VII Feira do Cordeiro, na aldeia de Coelhoso.

A presente despesa enquadra-se no Orçamento Municipal para o ano de 2018, na rubrica 0102|04050102 - Freguesias, sem Plano de Atividades Municipal associado, estando, em 09.05.2018, com um saldo disponível para cabimento de 70.371,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta mesma data, a 11.259.034,35 euros.

Assim, ao abrigo das alíneas o) e ff) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 3.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 1796/2018), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

A Junta de Freguesia de Coelhoso (NIPC 507139526) solicitou um apoio financeiro, no valor de 7.500,00 euros, para obras de conclusão do Centro de Convívio de Coelhoso.

A presente despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2018, projeto n.º 10/2018 – Apoio à construção e requalificação de Centros de Convívio, rubrica 0102|08050102 – Freguesias, estando, em 09.05.2018, com um saldo disponível para cabimento de 209.500,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta mesma data, a 11.259.034,35 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 7.500,00 euros (proposta de cabimento n.º 1797/2018), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

A Junta de Freguesia do Zoio (NIPC 506425894) solicitou um apoio financeiro, no valor de 3.420,00 euros, para melhoramento de acesso e vedação da charca de Marchãs, na aldeia do Zoio.

A presente despesa enquadra-se no Orçamento Municipal para o ano de 2018, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, sem Plano de Atividades Municipal associado, estando, em 09.05.2018, com um saldo disponível para cabimento de 247.565,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta mesma data, a 11.259.034,35 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 3.420,00 euros (proposta de cabimento n.º 1799/2018), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

A Junta de Freguesia do Zoio (NIPC 506425894) solicitou um apoio financeiro, no valor de 5.000,00 euros, para obras de calcetamento na Rua Engenheiro Jorge Nunes, na aldeia de Refoios.

A presente despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2018, projeto n.º 16/2018 – Apoio à requalificação das ruas e largos nas aldeias, rubrica 0102|08050102 - Freguesias, estando, em 09.05.2018, com um saldo disponível para cabimento de 170.700,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta mesma data, a 11.259.034,35 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 5.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 1801/2018), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 29 de maio de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”.

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra da CDU, uma abstenção do CDS/PP e sessenta e três votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e cinco membros presentes.

Fizeram declaração de voto os membro Fátima Bento (CDU) e Dinis Costa (PS).

Fátima Bento – “A CDU continua a votar contra, e explicamos aqui porquê. Reforçamos que nada temos contra os apoios às juntas de freguesia, mas não podemos ser coniventes com o sistema pouco democrático na atribuição destes apoios. Existem meios legais, já aqui referidos pela CDU, recorrendo à celebração de contratos interadministrativos, sendo que estes são democraticamente votados pela Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia. Foi-nos dito aqui pelo Sr. Presidente de Câmara,

que a Câmara Municipal não tem estas medidas em vigor. Pois, que as coloque em vigor. Não será do interesse das juntas de freguesia, dos seus presidentes, e das suas comunidades, o modelo de delegação de competência contratual que agiliza a obtenção de fundos?

A CDU enquanto se mantiver esta metodologia de apoio às juntas de freguesia, e a forma como são apresentadas aqui na AM, continuará a votar contra, porque não apoiamos esta tipologia de subalternização quando existe o enquadramento legal para concretizar a alteração deste paradigma, mas, porém, pouca vontade de a utilizar.”

Dinis Costa – “Sr. Presidente, esta declaração de voto vale também para o ponto 4.2.1. E eu aproveitava para, pedindo desculpa por isso, de qualquer maneira fica expresso, não é propriamente a forma mais ortodoxa de seguir o Regimento, mas em relação à conciliação de contas do exercício o PS também tem uma posição sobre a forma de votação que acabou por assumir de abstenção, e muito brevemente farei a referência a isto.

Mas a esse ponto anterior, não usando da declaração de voto no ponto 4.2.4, relativo à Freguesia de Castrelos e Carrazeda e Rabal e Macedo do Mato, Rio Frio, Milhão e Sendas, porque a posição do PS relativamente ao apoio às Juntas de Freguesia é genericamente o mesmo, é uma questão de princípio, portanto serve para ambos os pontos.

O Grupo Municipal do PS é profundamente adepto e a favor de todo o tipo de apoio que possa ser concedido às juntas de freguesia do concelho de Bragança e, por regra, nunca se opõe, salvo em casos excecionais e devidamente fundamentados, daí o facto de termos votado a favor do ponto 4.2.3, como, naturalmente, votaremos a favor do ponto 4.2.4. Sucede que este voto, e, aqui, acompanho a preocupação genérica acabada de, aqui, ser expressa pelo representante da CDU, é um voto sobre reserva, aliás já tivemos ocasião de expressar aqui a nossa posição sobre a matéria. E é sobre reserva, por que entendemos que é absolutamente necessário que seja discutido, elaborado e aprovado um mecanismo uniformizador e proficiente da equidade e transparência na atribuição de apoios às freguesias do Concelho de Bragança, através da criação de um competente adequado regulamento municipal, ou se, e enquanto não forem celebrados, entrarem em vigor, os designados contratos interadministrativos, também designados de acordos de execução. Até porque, aqui, é absolutamente necessário vincar este ponto, uma vez que está em causa a concretização da delegação de competências da Câmara para as juntas de freguesia, que é importante esclarecer. Portanto, acresce que estes

acordos são obrigatórios desde a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Neste particular, aproveitamos o ensejo e questionamos o Sr. Presidente da Câmara para lhe perguntar quando estará a Câmara Municipal disposta a dar cumprimento a este desiderato e, no fundo, à lei. Portanto, é absolutamente necessário, do nosso ponto de vista, que as juntas de freguesia disponham de um mecanismo, de um quadro legal em que seja possível aferir os critérios mais objetivos, mais transparentes, de apoios às freguesias e não este regime casuístico que deixa tudo ao critério da Câmara Municipal, e coloca, não quero falar em nomes dos senhores presidentes de junta, com certeza que não me passaram procuração, mas do ponto de vista do princípio do funcionamento desta maneira de atribuir os apoios, e deixa os presidentes de junta numa situação muito vulnerável.

Relativamente à consolidação das contas de exercício, só para explicar a abstenção de voto do PS, trata-se de um documento de natureza técnica, com extração de cunho político absolutamente diminuto, tem a ver com o exercício de consolidação de contas que foi objeto de parecer e relatório de gestão, com a certificação dos mesmos, por um revisor oficial de contas, de acordo com os princípios e normas contabilísticas e de controlo internos vigentes, e que respeita os princípios da verdade e da sinceridade das demonstrações financeiras e integridade das transações. Nesse contexto, o nosso voto de abstenção vem nesse sentido, e pese, embora, obviamente, a necessidade de noutra sede registar factos motivadores de apreensão relativamente às contas, mas isso já teria uma apreciação política que não cabe aqui.”

SUSPENSÃO/PROSECUÇÃO DOS TRABALHOS.

Neste momento, **o Sr. Presidente da AM** propôs o prolongamento dos trabalhos, para que a agenda terminasse no período da manhã, **proposta essa que foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.**

PONTO 4.2.4 – Apoios às Juntas de Freguesia: Castrelos e Carrazedo, Rabal, Macedo do Mato, Rio Frio e Milhão, Sendas.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de junho de dois mil e dezoito, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA

Pelo Sr. Presidente foram presentes as seguintes propostas depois de verificadas pela Divisão de Administração Financeira:

“A **União de Freguesias de Castrelos e Carrazedo** (NIPC 510835880) solicitou um apoio financeiro, no valor de 5.000,00 euros, para ajuda na comparticipação das despesas com a realização do Encontro de Jogos Tradicionais do Concelho de Bragança, na aldeia de Carrazedo.

A presente despesa enquadra-se no Orçamento Municipal para o ano de 2018, na rubrica 0102|04050102 - Freguesias, sem Plano de Atividades Municipal associado, estando, em 05.06.2018, com um saldo disponível para cabimento de 74.371,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta mesma data, a 12.762.183,27 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) e ff) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 5.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 2187/2018), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

“A **Junta de Freguesia de Rabal** (NIPC 507164601) solicitou um apoio financeiro, no valor de 1.500,00 euros, para a realização da XVI Feira de Artesanato e Produtos da Região, em Rabal.

A presente despesa enquadra-se no Orçamento Municipal para o ano de 2018, na rubrica 0102|04050102 - Freguesias, sem Plano de Atividades Municipal associado, estando, em 05.06.2018, com um saldo disponível para cabimento de 69.371,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta mesma data, a 12.762.183,27 euros.

Assim, ao abrigo das alíneas o) e ff) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 1.500,00 euros (proposta de cabimento n.º 2188/2018), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

A **Junta de Freguesia de Rabal** (NIPC 507164601) solicitou um apoio financeiro, no valor de 13.000,00 euros, para aquisição de um imóvel para ampliação de uma cozinha e armazém de apoio à sede da Junta de Freguesia.

A presente despesa enquadra-se no Orçamento Municipal para o ano de 2018, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, sem Plano de Atividades Municipal associado, estando, em 05.06.2018, com um saldo disponível para cabimento de 191.844,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta mesma data, a 12.762.183,27 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 13.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 2189/2018), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

A **Junta de Freguesia de Macedo do Mato** (NIPC 507152719) solicitou um apoio financeiro, no valor de 1.500,00 euros, para a realização da V Edição da Feira do Azeite e Pão, na aldeia de Macedo do Mato.

A presente despesa enquadra-se no Orçamento Municipal para o ano de 2018, na rubrica 0102|04050102 - Freguesias, sem Plano de Atividades Municipal associado, estando, em 05.06.2018, com um saldo disponível para cabimento de 67.871,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta mesma data, a 12.762.183,27 euros.

Assim, ao abrigo das alíneas o) e ff) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 1.500,00 euros (proposta de cabimento n.º 2190/2018), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

A **União das Freguesias de Rio Frio e Milhão** (NIPC 510839258) solicitou um apoio financeiro, no valor de 19.000,00 euros, para obras de calcetamento na Rua Penha do Rei, na aldeia de Rio Frio.

A presente despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2018, projeto n.º 16/2018 – Apoio à requalificação das ruas e largos nas aldeias, rubrica 0102|08050102 - Freguesias, estando, em 05.06.2018, com um saldo disponível para cabimento de 165.700,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta mesma data, a 12.762.183,27 euros.

Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 19.000,00 euros (proposta de cabimento n.º 2191/2018), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

A **Junta de Freguesia de Sendas** (NIPC 507180020) solicitou um apoio financeiro, no valor de 4.700,00 euros, para ajuda na comparticipação das despesas da cerimónia incluída nas comemorações do 25 de abril, na aldeia de Vila Franca.

A presente despesa enquadra-se no Orçamento Municipal para o ano de 2018, na rubrica 0102|04050102 - Freguesias, sem Plano de Atividades Municipal associado, estando, em 05.06.2018, com um saldo disponível para cabimento de 66.371,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nesta mesma data, a 12.762.183,27 euros.

Assim, ao abrigo das alíneas o) e ff) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a atribuição de um apoio financeiro no valor de 4.700,00 euros (proposta de cabimento n.º 2192/2018), bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo

33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar as referidas propostas, bem como submeter, nos termos propostos, para deliberação, da Assembleia Municipal.

Declaração de Voto apresentada pelos Srs. Vereadores, Nuno Moreno e Maria da Graça Patrício

“A Vereação do PS é profundamente adepta e a favor de todo o tipo de apoio que possa ser concedido às juntas de freguesia do concelho de Bragança; e, por regra, nunca se opõe, salvo em casos excepcionais e devidamente fundamentados.

O voto da Vereação PS é favorável, mas sob reserva, se, e enquanto, não fôr discutido, elaborado e aprovado um mecanismo uniformizador e proficiente de equidade e transparência da atribuição de apoios às freguesias do concelho de Bragança, através da criação do competente e adequado Regulamento Municipal, ou, se, e enquanto, não forem celebrados, e entrarem em vigor, os designados contratos interadministrativos, também designados acordos de execução, em ordem a concretizar a delegação de competências da Câmara Municipal de Bragança para as juntas de freguesia.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de junho de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”.

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, um voto contra da CDU, zero abstenções, e cinquenta e oito votos a favor, estando, momentaneamente, cinquenta e nove membros presentes.

Fizeram declaração de voto os membros Fátima Bento (CDU) e Dinis Costa (PS), dizendo que o sentido da declaração de voto era o do ponto anterior.

PONTO 4.2.5 – Proposta de isenção do pagamento das taxas pela utilização do Pavilhão da Bancada – Junta de Freguesia de Donai.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de maio de dois mil e dezoito, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO DA BANCADA - Junta de Freguesia de Donai

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Unidade de Desporto e Juventude:

“A Junta de Freguesia de Donai vem solicitar a cedência do Pavilhão da Bancada às terças-feiras das 20h às 21h, de maio a Junho de 2018, no âmbito da preparação da equipa para o torneio Inter-Freguesias 2018, com início a 29 de maio.

O equipamento está disponível de acordo com o requerimento.

Solicitam ainda a isenção das taxas de ocupação das Instalações desportivas.

Considerando em sessão realizada no dia 15 de dezembro de 2017 a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, no âmbito da autorização genérica com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, deliberou autorizar a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, a conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixando o valor de 100.000,00€ como limite à despesa fiscal (receita cessante) até 31 de dezembro de 2018.

Considerando que a Câmara Municipal pode conceder isenções ou reduções de taxas para o ano de 2018 propõe-se a isenção do pagamento da taxa de utilização do

Pavilhão da Bancada, no valor de 122,96€, (15,37€ x 8h=122,96€), ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo H/9 do Código Regulamentar do Município de Bragança, com posterior submissão, para deliberação, da Assembleia Municipal por se tratar de apoio a Junta de Freguesia.

Sobre a proposta apresentada recaiu o despacho do Sr. Presidente, proferido em 16/05/2018, com o seguinte teor: 1 – Autorizo. 2 - Agendar para RC para deliberação da isenção do pagamento das taxas.”

Assim, ao abrigo das alíneas o) e ff) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a isenção do pagamento das taxas no valor de 122,96€, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal”.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 12 de junho de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”.

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, sessenta membros presentes.

Não houve declarações de voto.

PONTO 4.2.6 - Proposta de isenção do pagamento das taxas pela utilização do Pavilhão da Bancada – Junta de Freguesia de Sortes.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de maio de dois mil e dezoito, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO DA BANCADA - Junta de Freguesia de Sortes

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Unidade de Desporto e Juventude:

“A Junta de Freguesia de Sortes solicita a cedência do Pavilhão da Bancada às terças-feiras das 21h às 22h, de maio a Junho de 2018, no âmbito da preparação da equipa para o torneio Inter-Freguesias 2018, com início a 29 de maio.

O equipamento está disponível de acordo com o requerimento.

Solicitam ainda a isenção do pagamento das taxas de ocupação das Instalações desportivas.

Considerando em sessão realizada no dia 15 de dezembro de 2017 a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, no âmbito da autorização genérica com limites à concessão de isenções ou reduções de taxas, deliberou autorizar a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, a conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, fixando o valor de 100.000,00€ como limite à despesa fiscal (receita cessante) até 31 de dezembro de 2018.

Considerando que a Câmara Municipal pode conceder isenções ou reduções de taxas para o ano de 2018, propõe-se a isenção do pagamento das taxas de utilização do Pavilhão da Bancada, no valor de 122,96€, (15,37€ x 8h= 122,96€), ao abrigo do disposto

na alínea b) do n.º 2 do artigo H/9.º do Código Regulamentar do Município de Bragança, com posterior submissão, para deliberação da Assembleia Municipal por se tratar de apoio a Junta de Freguesia.

Assim, ao abrigo das alíneas o) e ff) do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se a isenção do pagamento das taxas no valor de 122,96€, bem como submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal”.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 12 de junho de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”.

Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, sessenta membros presentes.

Não houve declarações de voto.

PONTO 4.2.7 – Extinção da Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes – Ecocitras.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia onze de junho de dois mil e dezoito, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva,

Miguel José Abrunhosa Martins, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DAS CIDADES DE TRÁS-OS-MONTES - ECOCITRAS

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pelo Departamento de Administração Geral e Financeira em colaboração com o Serviço de Assessoria Jurídica e Contencioso, nos termos e fundamentos seguintes:

“Considerando que:

1. A Assembleia Municipal de Bragança, em sessão ordinária realizada no dia 18 de fevereiro de 2011, sob proposta da Câmara Municipal de Bragança, aprovou a adesão do Município de Bragança à “Associação de Municípios de Fins Específicos ecoCITRAS” e respetivos Estatutos, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, e para efeitos do previsto na alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

2. Foi regularmente constituída no dia 02 de março de 2011, a Associação com a denominação de Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes - ecoCITRAS (adota a abreviatura de ecoCITRAS), de acordo com o disposto nos seus Estatutos é uma Associação de Municípios de fins Específicos e Pessoa Coletiva de Direito Privado de natureza associativa e âmbito territorial, e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram, regendo-se pela Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto, pelos presentes Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.

3. A ecoCITRAS é composta pelos Municípios de Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela e Valpaços.

4. A ecoCITRAS tem sede em Macedo de Cavaleiros.

5. A ecoCITRAS tem como fim principal a implementação do Programa Rede ecoCITRAS – Cooperação de Cidades Organizadas em Rede, bem como a de executar os programas nele previstos, enquadrado na medida “Política de Cidades Polis XXI – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação”, financiado pelo Programa Operacional Regional do Norte, do QREN 2007-2013.

6. A ecoCITRAS tem como órgãos a Assembleia-Geral, o Conselho Executivo e o Conselho Fiscal.

7. A Assembleia-Geral órgão deliberativo da ecoCITRAS, é constituído por 12 elementos, sendo que cada um dos Municípios integrantes da ecoCITRAS nomeia dois representantes, nos termos da lei do quadro de competências e do regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios.

8. No dia 30 de maio de 2018, em Macedo de Cavaleiros, reuniu, em Assembleia-Geral, a Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes - ecoCITRAS, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto Dois - Dissolução da Associação.

Neste ponto, para o efeito, foi informado que não obstante ter sido criada em março de 2011, esta Associação nunca teve qualquer atividade e que a mesma não possui qualquer património.

Tendo presente os princípios que nortearam a criação da mesma e dado não existir projetos específicos que a mesma perspetive levar a efeito, entende-se haver fundamento para a sua extinção.

Submetido a votação, face à reconhecida e longa inatividade e ainda o ora referido, nos termos do artigo 41.º dos Estatutos, foi deliberado, por unanimidade, extinguir esta Associação por dissolução, devendo promover-se os procedimentos legais nesse sentido.

Mais foi deliberado: 1) Que cada município associado submeta ao seu órgão deliberativo a aprovação desta proposta de extinção 2) Perante a recente comunicação do Tribunal de Contas, que se dê, de imediato, conhecimento da presente deliberação.

Proposta:

Nestes termos, face aos considerandos acima explanados, propõe-se submeter para deliberação da Assembleia Municipal de Bragança, sob proposta da Câmara Municipal, a extinção da Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes - ecoCITRAS por dissolução, nos termos do artigo 41.º dos respetivos Estatutos, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta e nos termos propostos submeter para deliberação da Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de junho de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”.

II – Anexo III

Constituição da Associação e Estatutos”

O Sr. Presidente da Câmara, apresentando o ponto, referiu que a Associação Ecocitas tinha sido criada com o objetivo de captar investimento para os territórios dos municípios que dela faziam parte, e que, dada a inatividade da Associação, e porque o Tribunal de Contas tinha solicitado os planos de atividade e prestação de contas, o município responsável, Macedo de Cavaleiros, tinha comunicado ao TC que a Associação não tinha atividade, para que fosse extinta, o que não tinha sido suficiente, dado que os respetivos municípios foram notificados para justificarem a ausência da entrega da documentação, o que levou à realização de uma Assembleia Geral, em Macedo de Cavaleiros, no sentido de ser extinta a Associação, e que as respetivas câmara tiveram que levar o assunto à Reunião de Câmara para deliberar a sua extinção, a qual necessitava ser validada pelas respetivas assembleias municipais, a fim de ser enviada ao Tribunal de Contas a justificação da extinção.

Fátima Bento (CDU) perguntou se o Mapa de Pessoal, previsto nos estatutos, nunca tinha existido.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia respondeu que o Sr. Presidente da Câmara já tinha dito que não tinha havido gastos com a contratação de pessoal.

Não houve intervenções.

Após análise e discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, uma abstenção da CDU e sessenta e três votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e quatro membros presentes.

Declaração de voto da membro Fátima Bento (CDU) – “ Uma associação inativa, que até tinha sido constituída por tempo indeterminado, deve, naturalmente, ser extinta. Contudo abstemo-nos pelo conceito porque ela foi criada. Estas associações foram criadas, entre esta outras semelhantes, não é? Servem, em certa medida, esta acho que nem isso, uma vez que nem sequer teve atividade, para nos atirar areia para os olhos, porque o caminho para o desenvolvimento local e incremento nas melhorias das condições de vida das nossas populações fazem-se pela regionalização. E esta Associação é, apenas, um de muitos exemplos do fracasso do caminho traçado.”

PONTO 4.3 – DISCUSSÃO E TOMADA DE CONHECIMENTO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

PONTO 4.3.1 – Entidades participadas pelo Município – Relatórios e contas do exercício de 2017.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO – RELATÓRIOS E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

Em cumprimento do estabelecido na alínea d), do n.º 1, do artigo 42.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, na sua redação atual, pelo Sr. Presidente, foram presentes

os Relatórios e Contas relativos ao exercício de 2017 das seguintes entidades participadas:

- Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano;
- Associação de Município Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis;
- Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;
- Centro Ciência Viva de Bragança;

Os respetivos documentos foram previamente distribuídos aos Srs. Vereadores, ficando um exemplar de cada entidade arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Assim e para efeitos do estabelecido nas alíneas a) e b), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 3 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), conjugado com a alínea y), do n.º 1, do artigo 35.º, do mesmo diploma propõe-se que os documentos referidos sejam submetidos para apreciação da Assembleia Municipal.

O Executivo Municipal tomou conhecimento, e em cumprimento do disposto nas alíneas a) e b), do n.º 2, do artigo 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea y), do n.º 1, do artigo 35.º, remete os documentos à Assembleia Municipal, para apreciação.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 25 de junho de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – Anexos

Relatórios

Anexo IV - Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano;

Anexo V- Associação de Município Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis;

Anexo VI - Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;

Não houve pedidos de esclarecimentos.

Para intervenção, usou da palavra o membro **Alfredo Teixeira (PS)** – Antes de iniciar a sua intervenção, solicitou que, no futuro, a documentação de suporte às sessões da AM, a distribuir pelos membros, fosse enviada mais atempadamente, para poder ser lida detalhadamente.

Referindo-se à Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark, frisou que os resultados de 2017 confirmavam as suspeitas e preocupações do PS, em relação à indefinição dos objetivos a realizar em 2018, e à ausência de qualquer perspetiva de estratégica para a entidade.

Referiu que o resultado líquido negativo, 94 mil euros, era demonstrativo da sua fragilidade na gestão e execução dos procedimentos.

Recordou que o objetivo inicial era, em dez anos, instalar 110 empresas e criar 450 postos de trabalho, e que, das 14 empresas instaladas, apenas uma, com dois postos de trabalho, se enquadrava no âmbito das áreas de vocação que presidiram à criação do Brigantia EcoPark, áreas de energia, ambiente e eco construção.

Referiu que o que tinha sido proposto pelo PS, em abril, rever o plano e orçamento para 2018, não foi tido em conta.

Quanto à Município, disse que não constava qualquer informação sobre as atividades desenvolvidas, nem sobre a previsão da sua evolução futura.

Terminou dizendo que a gestão das entidades participadas era fortemente dependentes de apoios e subsídios, e questionou a oportunidade/interesse de um saldo positivo, quando no concelho havia graves deficiências básicas, tais como o saneamento básico, o abastecimento de água e a mobilidade.

Para responder ao orador anterior, quanto aos prazos de envio da documentação de suporte às sessões, o Sr. Presidente da Mesa da AM, frisou que o estipulado no n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, também vertido

no art.º 18.º do Regimento da AM, estabelecia os prazos legais (antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão), mas que, no entanto, comungava da preocupação, dada a quantidade de documentos a analisar.

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara, bem como a Mesa da Assembleia, têm tido, sempre, a preocupação de envidar esforços para que a referida documentação chegue aos membros com a maior antecedência possível, e que não havia irregularidades, nem por parte do Sr. Presidente da Câmara nem por parte dos Serviços de Apoio à AM, Serviços esses que sempre tinham feito um trabalho excecional na recolha da informação e envio da mesma.

Terminou, convidando os membros que ainda recebem a documentação em suporte papel, a dar cumprimento a uma solução que a AM teve há uns anos atrás, poupança dos recursos do planeta, evitando o consumo excessivo de papel, para que a pudessem receber de forma digital.

O Sr. Presidente da Câmara, para responder às considerações tecidas pelo membro Alfredo Teixeira, relativamente ao Brigantia Ecopark, referiu o seguinte:

Começou por lhe sugerir que pudesse ajudar e deixasse de criticar, tendo em conta o lugar que ocupava e as competências que detinha.

Informou que o Brigantia Ecopark tinha 80 trabalhadores, que havia projetos articulados com o IPB, que continuavam à procura de novos projetos para a entidade, e lembrou a instalação do Laboratório Colaborativo More. Referiu que a participação do Município era de 75%, e que, como todas as empresas, inicialmente, necessitava de ter um suporte/apoio.

Alfredo Teixeira – Disse que preferia uma resposta com índices credíveis para os poder, descomprometidamente, analisar/avaliar, e que não bastava dizer “vão criar”.

Referiu que a sua intervenção foi no sentido de defender aquilo que encontrava melhor para a cidade onde vivia há mais de 34 anos.

PONTO 4.3.2 – Proposta de correção material do plano de urbanização da cidade de Bragança.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE CORREÇÃO MATERIAL DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE BRAGANÇA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Planeamento, Infraestruturas e Urbanismo:

“A presente proposta resulta de uma imposição do Estudo de Impacto Ambiental relativo à obra de execução da Zona Industrial das Cantarias – Fase II. Com os trabalhos de terraplanagem e regularização dos lotes, ficou claro que o sítio de interesse geológico, sito no lugar denominado de Tojal dos Pereiros, não estava corretamente localizado no Plano de Urbanização da Cidade de Bragança (PU), pelo que a CCDDR-N propôs a sua correção.

Detetou-se também uma discrepância entre a planta de zonamento e o regulamento do PU, pelo facto do regulamento não prever a possibilidade de execução de infraestruturas públicas na zona verde de proteção envolvente à zona industrial, uma vez que impede qualquer tipo de impermeabilização do solo, pelo que, também se torna necessária a sua correção material. Esta correção permitirá também implementar infraestruturas noutras zonas de igual classificação, caso sejam necessárias, seja para melhoria da rede viária ou para melhoria de outro tipo de infraestruturas que impliquem a impermeabilização do solo.

Assim, conforme proposta anexa, e nos termos do disposto no artigo 122.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, propõe-se a aprovação da correção da planta de zonamento do PU, conforme anexo, com a localização exata dos sítios de interesse geológico. Propõe-se também a correção da discrepância entre o zonamento e as diretivas regulamentares, nomeadamente com a retificação do n.º 2 do artigo 36.º do regulamento do PU de Bragança, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 39, de 25 de fevereiro de 2009, ao abrigo do Aviso n.º 4407/2009, passando a conferir-lhe a seguinte redação:

“Artigo 36.º

1- (...)

2- Não é permitida a impermeabilização do solo, exceto a decorrente da implantação de infraestruturas viárias, devendo ser efetuadas ações que tirem partido da vegetação existente e da topografia que maximizem a sua importância, nomeadamente em termos de vegetação.

3- (...)

4- (...)

5- (...)

6- (...)”

Após a aprovação da correção pelo executivo municipal em reunião de câmara, será transmitida à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e para conhecimento da Assembleia Municipal e por fim remetida para publicação e depósito, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 12.º, do RJIGT.”

Após análise e discussão foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a referida proposta, de correção material do Plano de Urbanização da Cidade de Bragança, bem como, dar conhecimento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e à Assembleia Municipal, nos termos propostos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 25 de junho de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – Anexo VIII

Proposta de correção material do plano de urbanização de Bragança e 3 plantas de localização”

O Sr. Presidente da Câmara, para apresentação do ponto, informou da necessidade de se proceder a duas correções no Plano de Urbanização, relativamente à Zona Industrial, sendo, uma delas, a correção, em cartografia, da parte do sítio geológico do Tojal dos Pereiros, e, a outra, a construção do arruamento na zona de proteção/zona verde da referida zona industrial, para evitar que a circular interior entroncasse com a rua.

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

Tomado conhecimento.

PONTO 4.3.3 - Isenções totais ou parciais relativamente a impostos e a outros tributos próprios (n.º 2, art.º 16.º da lei n.º 73/2013, de 03/09) no âmbito da autorização genérica conforme deliberação da Assembleia Municipal em sessão de 15 de dezembro de 2017.

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança e previamente distribuída pelos membros.

“I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e três de abril de dois mil e dezoito, devidamente aprovada, e com a presença

dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Carlos Alberto Moreira Alves de Oliveira Guerra, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontram as deliberações, constantes do mapa anexo.

Mais certifica que nas Atas das Reuniões Ordinárias desta Câmara Municipal, realizadas nos dias, catorze de maio; e vinte e oito de maio de dois mil e dezoito, devidamente aprovadas; e onze de junho de dois mil e dezoito, aprovada em minuta; e com a presença dos Srs., Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias, e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, Miguel José Abrunhosa Martins, Maria da Graça Rio Patrício e Olga Marília Fernandes Pais, se encontram as deliberações constantes do mapa anexo.

Considerando a autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal, em Sessão de 15 de dezembro de 2017, com limites à concessão de isenção ou redução do pagamento de taxas para o ano de 2018 e para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dá-se conhecimento à Exma. Assembleia Municipal.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 14 de junho de 2018.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – Anexo IX

Listagem (2 páginas)”

Não houve pedidos de esclarecimentos nem intervenções.

Tomado conhecimento.

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

1.º Secretário – João Adriano Rodrigues

2.ª Secretária – Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro

2 – DEPUTADOS

José Alberto Moutinho Moreno

Isabel Maria Lopes

António Eduardo Fernandes Malhão

Maria do Amparo Mendes Alves

Filipe Osório Caldas

Jorge Manuel Pinto da Silva Ferreira

Luís Aníbal Rodrigues Martins

Natividade de Lurdes Gonçalves

Vitor Emanuel Ladeira Dias

Paulo Rafael Nogueiro Preto

Maria Cristina Ramos Raposo Preto

Hugo Miguel de Lima Afonso Mesquita Trigo

Fernando Manuel Gomes Alves

Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso

João Manuel Dias Sardinha

Rui Miguel Borges Pires

João dos Santos Cabrita da Encarnação

Adelaide da Conceição Miranda Fernandes *

António Manuel Afonso Pires *

Vasco Augusto Pilão Cadavez *

PARTIDO SOCIALISTA

Manuel Pinto Sampaio da Veiga

Luís Manuel Silvestre

Maria de Fátima Renovato Veloso

Alfredo Jorge Costa Teixeira

Altino Telmo Gonçalves Afonso

Maria Idalina Alves de Brito

Armindo Augusto Lopes

Dinis Manuel Prata Costa

Adélia de Lurdes Rodrigues Sendas Melgo

Luís Avelino Guimarães Dias

Paulo Daniel Oliveira Lopes

Luís Manuel da Cunha Santos *

BLOCO DE ESQUERDA

Catarina Isabel Carvalho Ferraz Assis

Sara Raquel Canteiro Dias *

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/PARTIDO POPULAR

João Manuel Saldanha

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (PCP-PEV)

Fátima da Conceição Borges Bento *

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA / UNIÕES DAS FREGUESIAS

Alfaião – António Manuel Teixeira Baptista (PPD/PSD)

UF-Aveleda e Rio de Onor – Mário Francisco Gomes (PPD/PSD)

Baçal – Vitor Manuel Ramos Moreira (PPD/PSD) **

UF-Castrelos e Carrzedo – César Luís Gonçalves (PPD/PSD)

Castro de Avelãs – João António da Silva Rodrigues (PPD/PSD)

Coelhoso – Paulo Manuel Almeida da Veiga (PPD/PSD)

Donai – Manuel José Mesquita Rodrigues (PPD/PSD)

Espinhosela – Octávio Manuel Alves Reis (PPD/PSD)

França – Ivone Maria Fernandes Pires (PPD/PSD) **

Gimonde – António Manuel Choupina Assares (PPD/PSD)

Gostei – Rui Manuel da Costa Gonçalves (PPD/PSD)

Grijó de Parada – Elisabete de Jesus Rodrigues Geraldés dos Santos (PS)

UF- Izedá, Calvelhe e Paradinha Nova – Luís Filipe Pires Fernandes (PS)

Macedo de Mato – Manuel Augusto Crisóstomo (PPD/PSD)

Mós – Anabela Afonso Pereira Rodrigues (PPD/PSD)

Outeiro – César Augusto Garrido (PPD/PSD)

UF- Parada e Failde – Sandra Manuela Rodrigues Afonso (PPD/PSD)

Parâmio – Nuno Miguel Martins Diz (PS)

Pinela – Alex Olivier Alves Rodrigues (PPD/PSD)

Quintanilha – Henrique António Fernandes (PS)

Quintela de Lapaças – Miguel Francisco Pinto (PPD/PSD) **

Rabal – Jaime Rodrigues Loureiro (PPD/PSD)

UF- Rebordainhos e Pombares – Albino Alves Rodrigo (PPD/PSD)

Rebordãos – Adriano Augusto Correia Rodrigues (PPD/PSD)

UF- Rio Frio e Milhão – Adriano Augusto Ferreira (PPD/PSD)

Salsas – Pedro Miguel Ramos Zoio (PPD/PSD)

Samil – Telmo Ricardo Alves Malhão (PPD/PSD)

Santa Comba de Rossas – Luís Filipe Verdelho Paula (PPD/PSD)

UF – São Julião de Palácios e Deilão – Altino Francisco Pereira Pires (PPD/PSD)

São Pedro de Serracenos – Humberto José dos Santos (PPD/PSD)

UF- Sé, Santa Maria e Meixedo – Telmo Ramiro Prada Afonso (PPD/PSD)

Sendas – Dinis Augusto Dias Pinela (PPD/PSD)

Serapicos – Rui Fernando Pires caetano (PPD/PSD)

Sortes – Juvêncio Alves de Carvalho (PPD/PSD)

Zoio – Hélder Jorge dos Santos (PPD/PSD)

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Manuel Fernando Afonso Gonçalves

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA / UNIÕES DAS FREGUESIAS

Babe – Alberto Manuel de Sousa Pais (PPD/PSD)

Carragosa – Élio Manuel Moreira Garcia Vaz (PS) – Justificada

Gondesende – Augusto David Afonso Pires (PPD/PSD)

Nogueira – António Augusto de Vila Araújo (PPD/PSD)

(*) – Membro suplente

(**) - Substituto

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, às treze horas e quarenta e cinco minutos, e, do que nela se passou, se lavrou a presente ata que, depois de achada conforme, vai ser presente, para discussão e votação, na 4.^a sessão ordinária da AM do ano de 2018, a realizar no dia 24 de setembro de 2018, e vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

Luís Manuel Madureira Afonso (Presidente) _____

João Adriano Rodrigues (Primeiro Secretário) _____

Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro (Segunda Secretária) _____

NOTAS:

1 - Os anexos encontram-se arquivados junto da ata original, arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.

2 - Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se, escritas a itálico, as informações adicionais que foram dadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções.